



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

VERONICA MACIEL BRUNO

**TURISMO EM FAVELAS: reflexões sobre a turistificação de
comunidades excluídas na cidade do Rio de Janeiro.**

Brasília – Distrito Federal

Julho - 2013



VERONICA MACIEL BRUNO

TURISMO EM FAVELAS: reflexões sobre a turistificação de comunidades excluídas na cidade do Rio de Janeiro.

Trabalho apresentado ao Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Brasília – Distrito Federal

Julho - 2013

VERONICA MACIEL BRUNO

**TURISMO EM FAVELAS: reflexões sobre a turistificação de comunidades
excluídas na cidade do Rio de Janeiro.**

Trabalho apresentado ao Departamento de Geografia, do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Banca examinadora

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Orientador /UnB

Prof. Dr. Everaldo Batista Costa
Professor Departamento de Geografia UnB

Prof. Dr.a Marli Sales
Professora Departamento de Geografia UnB

Brasília, 26 de julho de 2013

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho para meu pai Antônio José Bruno, e para minha mãe Tania M^a Caitano Maciel Bruno. E também a minha irmã Leticia Maciel Bruno que me acompanhou em todos os anos de dedicação ao curso de geografia.

E também ofereço esse trabalho a cidade do Rio de Janeiro, por ser tão inspiradora e acolhedora. Todos os rincões desse local, todas as suas paisagens merecem um trabalho como esse, apesar de seus problemas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao professor Fernando Araújo Sobrinho pela paciência e habilidade em orientar, pelos livros emprestados e horas dedicadas ao auxílio.

Agradeço minha família pelo apoio emocional e financeiro durante decorrer dos anos do curso de Geografia, e pelo incentivo em momentos de desestímulo.

RESUMO

O início do processo de favelização na área urbana do Rio de Janeiro teve início no século XIX. Desde então a população das favelas só cresceu. Por esse motivo essas áreas urbanas não podem mais ser vistas a parte da cidade. Esses locais podem ser apropriados pelo turismo, pois a cultura e os modos de vida desses habitantes despertam interesse em turistas, principalmente os visitantes estrangeiros. Com o objetivo de analisar de que maneira essa apropriação pode ocorrer, e como os residentes de aglomerados subnormais podem se beneficiar desse desenvolvimento econômico gerado pelas atividades turísticas, foram analisadas algumas favelas cariocas como Rocinha e Complexo do Alemão. Esses dois locais, após a instalação do projeto Unidade de Polícia Pacificadora da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, passaram a receber um volume considerável de visitantes turistas. Uma discussão foi proporcionada a partir desse projeto, que ocasionou uma especulação imobiliária nesses locais e abriu as portas para o turismo. Uma reflexão pode ser feita de quais as perdas e os ganhos, para os habitantes, geradas por essa apropriação e como essa prática irá desenvolver as comunidades e garantir a sua inclusão através dos três agentes de turistificação: Turistas, planejadores territoriais e mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Favelas; Desenvolvimento econômico; Rocinha; Turistificação.

ABSTRACT

The process starts in the urban slums of Rio de Janeiro started in the nineteenth century. Since then the population of the slums just grew. Therefore these urban areas can no longer be seen in the city. These locations may be suitable for tourism, as the culture and ways of life of these people awaken interest in tourists, especially foreign visitors. Aiming to analyze how this appropriation may occur, and how the residents of subnormal agglomerates can benefit from this economic development generated by tourism activities were analyzed some slums like Rocinha and Complexo do Alemão. These two sites after installation project Pacifying Police Unit of the Secretariat of Public Security of Rio de Janeiro, has been receiving a considerable amount of tourist visitors. A discussion was provided from this project, which led to a speculation in these places and opened the doors to tourism. A reflection can be made in which the losses and gains, for the inhabitants, generated by this appropriation and how this practice will develop communities and ensure their inclusion through the three agents touristification: Tourists, planners and territorial Market.

KEY WORDS: Tourism; Slums; Economic Development; Rocinha; Touristification.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1: REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

Figura 1 Morro da Providência (ano 1977) 07

Figura 2 As casas do Complexo da Maré separadas da Linha Vermelha pela barreira acústica 29

Capítulo 3: REFLEXÃO SOBRE O TURISMO E A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DAS COMUNIDADES

Figura 3: Artesã ao lado dos quadros inspirados na paisagem dos pontos turísticos da cidade 43

Figura 4: As obras do PAC deram um visual novo à Rua 4, que tinha 80 cm de largura 45

Anexo 1: Mapa população em favelas por bairro – 2010

Anexo 2: Vista panorâmica da Rocinha

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1: REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

Tabela 1 As maiores favelas do Brasil	12
Tabela 2 Estimativa da variação da população moradora em fave e não-favela, por Áreas de Planejamento – Município do Rio de Janeiro – 2000 e 2010	13
Tabela 3 Proporção da população da cidade e das favelas sobre os respectivos totais, por Áreas de Planejamento – Município do Rio de Janeiro – 2010	14
Tabela 4 Proporção da População das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas e Áreas de Planejamento – Município do Rio de Janeiro – 2010	15

LISTA DE SIGLAS

AEIT- Área de Especial Interesse Turístico
AP - Áreas de Planejamento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT - Bus Rapid Transit
CNTUR - Conselho Nacional de Turismo
COE - Código de Obras e Edificações
ECO 92 - Conferência das Nações Unidas de 1992
Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo
FGV - Fundação Getulio Vargas
FIFA - Federação Internacional de Futebol
IBGE – Instituto de Geografia e Estatística
IPLANRIO - Empresa Municipal de TI e Planejamento
IPP - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo
OMT - Organização Mundial do Turismo
PAC - Programa de Aceleração de Crescimento
RA - Regiões Administrativas
RioTur - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro
UPP - Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
------------------	----

Capítulo 1: REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 O QUE SÃO FAVELAS? RETROSPECTIVA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: SURGIMENTO E EXPANSÃO DAS FAVELAS (AGRUPAMENTOS SUBNORMAIS)	06
1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS FAVELAS	10
1.3 AS FAVELAS NO BRASIL E NO MUNDO.	10
1.4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO, DESTACANDO A ZONA SUL DA CIDADE.	12
1.5 TURISMO: DEFINIÇÕES E SEGMENTOS	17
1.6 O TURISMO URBANO	22
1.7 O TURISMO EM FAVELAS	28

Capítulo 2: COMUNIDADES DA ROCINHA E DO COMPLEXO DO ALEMÃO.

2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO	33
2.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES	34
2.3 A QUESTÃO DO NARCOTRÁFICO E O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO	36
2.4 GRANDES EVENTOS: COPA 2014 E OLIMPÍADAS 2016	38

Capítulo 3: REFLEXÃO SOBRE O TURISMO E A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DAS COMUNIDADES

3.1 ATORES, AGENTES E PROCESSOS	40
3.2 REFLEXÃO: QUEM GANHA, QUEM PERDE	40

3.3 SERÃO ESTAS PRÁTICAS QUE IRÃO DESENVOLVER A COMUNIDADE E GARANTIR A SUA INCLUSÃO?	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	51

INTRODUÇÃO

O turismo atualmente se posiciona entre as principais rentabilidades econômicas mundiais (Yazigi, 1999) e pode ser uma maneira de elevar o padrão de vida da população, como fonte alternativa de renda.

Segundo a Embratur, o turismo é responsável por 8,35% da receita geradas por exportações no mundo (Cruz, 2010). Cazes (2001) previu um crescimento do turismo internacional com 937 milhões de chegadas para 2010, consequência da redução do tempo de deslocamento turístico com a “revolução dos transportes”.

França, Espanha e Itália são campeãs mundiais de turismo, com suas motivações culturais, científicas, tecnológicas e arquiteturas. O turismo interno nacional brasileiro é mais representativo que o turismo internacional, onde o Brasil mal consegue atingir o índice de 1% no turismo mundial (Yazigi, 2003). Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, os estados que mais recebem turistas domésticos é São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul.

O turismo se apropria do espaço e o reconstrói, podendo descaracterizá-lo e degradá-lo. (Coriolano, 2007), se expressa economicamente, “principalmente como fato social, que se configura materialmente, criando e recriando formas espaciais diversificadas.” (Rodrigues, pag.9). Desta maneira o turismo é também uma forma condicional da utilização e da apropriação do espaço através de uma relação chamada turistificação (Cara, 2001).

Para Knafou (2001) existem três fontes de turistificação dos lugares e dos espaços. A primeira é através do turista, pois o turismo nasceu da vinda do turista. Este não é produto, mas está na origem do turismo. O mercado, através da iniciativa privada, é a segunda fonte de criação de lugares turísticos, atualmente a principal, pois a origem reside na colocação de produtos turísticos. Na terceira fonte estão os planejadores de territórios que originam o turismo através de iniciativa local, regional e nacional para planejamento territorial através da iniciativas do poder público.

Segundo Yazigi (1999), 50% da população brasileira vive a menos de 60 km do mar. O turismo brasileiro é essencialmente litorâneo e urbano, pois é onde estão localizadas infraestruturas, suporte material para a atividade juntamente com atrativos naturais. É

também na área urbana onde encontram-se maior parte de áreas ocupadas de maneira irregular, “na falta de programas habitacionais o resultado é aquele que se vê: sub-habitações escalando morros e matas.” (Yázigi, 1999, p. 183).

Segundo o Censo 2010 o município Rio de Janeiro possui uma população de 6.320.446 habitantes, em uma área da unidade territorial de 1.200,278 Km², e densidade demográfica de 5.265,81 habitantes por Km².

Dados da prefeitura mostra um município dividido entre o centro da cidade localizado próximo a baía de Guanabara, a Zona Sul onde estão as principais praias oceânicas e a concentração espacial dos fluxos turísticos e lazer, Zona Norte onde encontra-se a área mais populosa da cidade e os bairros que se estendem próximo ao Centro. A Zona Oeste da cidade cresceu após a ampliação da ferrovia nos anos 70 e da tentativa no governo Carlos Lacerda de erradicar favelas, remanejando moradores de aglomerados subnormais de áreas valorizadas pelo capital imobiliário para a região. A Zona Oeste concentra grande contingente de moradores de renda baixa em aglomerados urbanos subnormais e bairros periféricos.

Em 1976 1/3, ou 33%, da população da cidade do Rio de Janeiro residia em morros e em habitações subumanas (Nunes, 1976). Dados mais recentes do Censo 2010, aglomerados subnormais: primeiros resultados mostram que a proporção de pessoas residentes em aglomerados subnormais em relação à população total na Região Metropolitana do Rio de Janeiro era de 14,4%.

No Censo 2010, do total de 426.479 domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais no município do Rio de Janeiro 426.226, ou 99,94 %, apresentavam a existência de energia elétrica. Em relação ao destino do lixo 415.403, ou 97,4%, tinham resíduos coletados através de serviço de limpeza. O tipo de esgotamento sanitário era de rede geral de esgoto ou pluvial em 362.551, ou 85%, dos domicílios. A forma de abastecimento de água era de rede geral de distribuição em 411.152, ou 96,4%, dos domicílios em aglomerados subnormais.

Do total populacional do município 29,17% é migrante (Censo 2000) que, com pouca ou sem nenhuma qualificação profissional, vão em busca melhores condições de vida, encontrando postos de trabalho na construção civil, serviços domésticos em casas de família e prestação de serviços em condomínios, porém muitos não são absorvidos pelo mercado

formal de trabalho, encontrando no trabalho informal os meios para garantir a sua sobrevivência.

Pode-se afirmar que o município do Rio de Janeiro é turístico, mas a totalidade de seu território não é objeto de visitação. Os principais atrativos turísticos do município do Rio de Janeiro são o Cristo Redentor, Arcos da Lapa, Pão de Açúcar, praias de Copacabana, Leme, Arpoador, Ipanema. Muitos desses atrativos se localizam próximo a aglomerados subnormais. A sua condição de exclusão social e a territorialidade expressa por este conteúdo espacial, passa na atualidade por uma reconfiguração para inserção destas aglomerações subnormais na lista dos atrativos turísticos mais procurados no município do Rio de Janeiro.

As culturas das classes populares são tributárias de uma apropriação desigual do capital cultural e das condições de vida (Yazigi, 2003). Partindo dessa afirmação, define-se as hipóteses de trabalho:

1. Aglomerados subnormais, ou favelas, podem ser apropriadas pela prática social do turismo.
2. A cultura popular dos habitantes de aglomerados subnormais, e seu modo de vida pode ser de interesse turístico.

Este trabalho justifica sua importância devido ao leque de possibilidade de desenvolvimento econômico que o turismo pode gerar.

O objetivo geral desse estudo é analisar de que maneira as favelas e suas culturas podem ser apropriadas pela prática social do turismo. São objetivos específicos demonstrar como a população residente em aglomerados subnormais podem se apropriar desse desenvolvimento econômico gerado pelas atividades turísticas nestes locais.

O turismo é a única prática social que consome elementarmente o espaço, seu principal objeto de consumo (Cruz, 2003), então é proveitoso relacionar a geografia, ciência capacitada para o estudo do espaço, para analisar como o turismo pode se relacionar com o homem em seu desenvolvimento histórico e espacial.

O setor subnormal cresceu 2,4% ao ano, enquanto o setor normal apenas 0,38% (Yázigi, 2003), então é de inteira importância que seja feitas pesquisas que busquem

alternativas para o desenvolvimento econômico daquele setor. Logo se justifica esse trabalho como uma maneira de promover desenvolvimento social, através de pesquisas científicas para serem aplicadas em regiões de carência educacional e profissional, mas de abundância cultural e natural.

Atualmente não são eficazes programas de erradicação de favelas, então esse trabalho justifica-se como uma forma de incentivar qualificação profissional para o turismo de maneira que ajude a aumentar e distribuir a renda dessa região.

A metodologia utilizada foi uma intensa pesquisa bibliográfica do que já foi publicado sobre o tema. Primeiro foi feito um estudo sobre o turismo de maneira geral, utilizando publicações de atores importantes da área.

Depois foram buscadas informações sobre as favelas cariocas e quais poderiam ser, ou estavam inseridas na prática do turismo. Nessa fase da pesquisa foram usadas reportagens de jornais, revistas, páginas online e também dissertações de mestrado publicadas. Fotos e mapas foram extraídos desses meios foram usadas para ilustrar as ideias apresentadas. A respeito da violência nessas localidades, informações sobre programas estaduais de combate a violência urbana puderam ser coletadas no site da prefeitura carioca.

O trabalho foi dividido em três capítulos de maneira que organizassem a exposição das ideias. O primeiro capítulo se trata do Referencial Teórico Metodológico Para a Análise do Objeto de Estudo e foi dividido em sete tópicos. O tópico 1 foi dedicado a uma discussão sobre o que são favelas e sobre o processo de urbanização do Rio de Janeiro. O tópico 2 trouxe uma pequena discussão sobre a produção do espaço nas favelas. O tópico 3 analisou as favelas no Brasil e no mundo. O tópico 4 trouxe dados sobre a distribuição geográfica das favelas do RJ. O tópico 5 foi condutor das definições e segmentos do turismo. O tópico 6 se dirigiu ao turismo urbano. O tópico 7 desenvolveu sobre o turismo em favelas.

A segunda parte do trabalho está revelada no capítulo Comunidades da Rocinha e do Complexo do Alemão. Em quatro tópicos foi exposto informações sobre características dessas comunidades. No tópico 1 deste capítulo é apresentado o processo de formação dessas comunidades cariocas. No tópico 2 essas comunidades são caracterizadas. No tópico 3 a questão do narcotráfico e o processo de pacificação é exibido. O tópico 4 se trata dos grandes eventos que a cidade será sede, Copa do Mundo e Olimpíadas.

O ultimo capitulo do trabalho faz uma Reflexão Sobre o Turismo e a Valorização Imobiliária das Comunidades. Em três tópicos é revelado os Atores Agentes e Processos do turismo. Em seguida há uma Reflexão: Quem Ganha, Quem Perde com o processo de turistificação. O ultimo tópico responde uma indagação, Serão estas práticas que irão desenvolver a comunidade e garantir a sua inclusão?

Capítulo 1: REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO PARA A ANÁLISE DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 O QUE SÃO FAVELAS? RETROSPECTIVA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO: SURGIMENTO E EXPANSÃO DAS FAVELAS (AGRUPAMENTOS SUBNORMAIS).

Segundo Abreu (1988, pág. 52), “o Rio de Janeiro do século XIX ainda era dependente do setor agrário, apresentando indústrias com baixo nível de mecanização”. A partir da Proclamação da República, no fim do século, a industrialização se intensificou. Foi nesse mesmo período que ocorreu o declínio da atividade cafeeira e do sistema escravista. A consequência para a cidade foi um grande aumento populacional junto com a migração gerando um problema habitacional, como adensamento dos cortiços.

Em março de 1908 D. João VI e sua corte chegaram ao Rio de Janeiro fugidos das tropas de Napoleão. A abertura dos portos proporcionava a chegada de imigrantes e mercadorias. Abrigar a corte fez o preço das terras cariocas subirem no século XIX a região da Candelária começou a receber melhorias de infraestrutura urbana, pois esta área abrigava a zona comercial mais importante da cidade. (Yázigi, 2003) Nessa época, início da industrialização brasileira, a população que migrava do interior do Brasil em direção a capital federal ocupava cortiços no centro da grande cidade.

O processo de início de construção de redes básicas de infraestrutura também data o século XIX. Em 1839 foi instalada a primeira adução de água por canos de chumbo. Antes não havia sistema de distribuição de água na cidade porque existiam escravos encarregados de buscar nos chafarizes a céu aberto espalhados pelas ruas. A coleta regular de lixo urbano surgiu em 1847, sete anos depois estava sendo construída a primeira ferrovia ligando Rio-Petrópolis. Em 1857 estava iniciada a construção da primeira rede subterrânea de esgoto, e a iluminação a gás em domicílios. Todos esses com recursos e bens industrializados importados da Inglaterra. (Yázigi, 2003)

Com a valorização imobiliária da área central e bairros próximos, após as reformas para a construção de infraestrutura urbana comandadas pelo prefeito Francisco Pereira Passos no início do século XX, os cortiços foram demolidos obrigando esses habitantes que lá

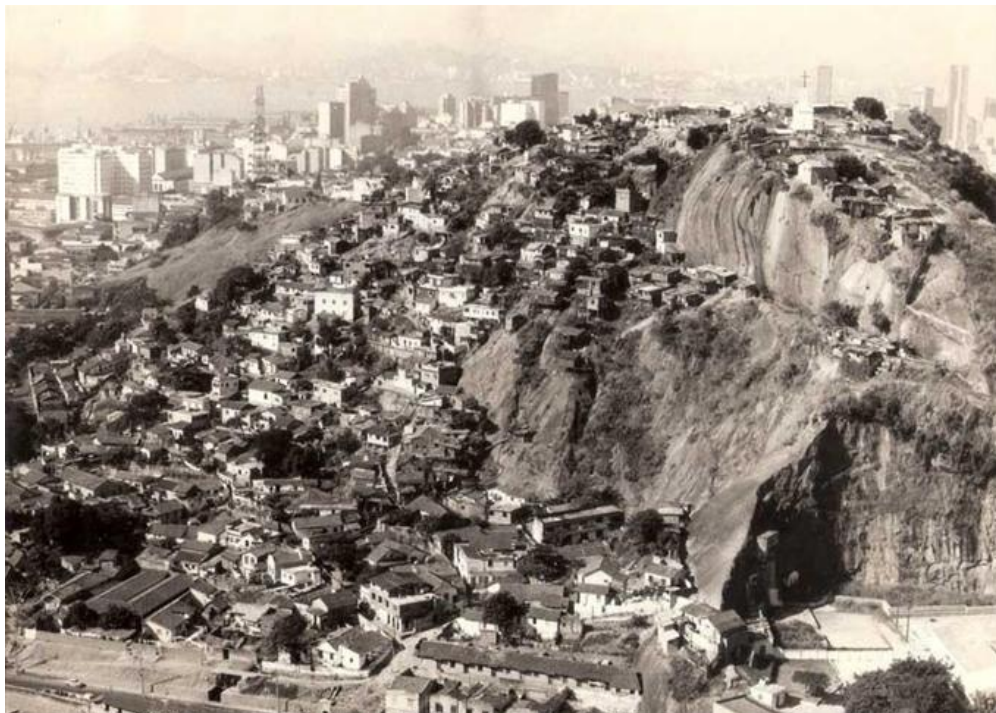
ocupavam desde o século XIX, a ocuparem os morros. Não houve compromisso com algum programa habitacional que substituíssem os cortiços.

A Reforma urbana de Pereira Passos mudou tanto a feição do Rio de Janeiro que levou Jeanne Catulle Mendes, neta do escritor francês Victor Hugo, a criar a expressão "Cidade Maravilhosa" em seu livro "La Ville Merveilleus" de 1912. (Yazigi, 2003) Expressão que está apropriada pelo turismo carioca até os dias de hoje.

A renovação urbana prosseguiu com Carlos Sampaio, que demoliu o Morro do Castelo em 1922 na tentativa de conter a multiplicação de favelas na área urbana. Ainda assim, após a industrialização da cidade e o conseqüente aumento da migração, as favelas aumentaram sem solução que as eliminassem.

O Morro da Providência na zona portuária foi o primeiro a dar origem a uma forma de habitação popular que marcou a cidade do Rio de Janeiro e demais cidades brasileiras. Segundo Nunes (1976) surgiu no começo do século XX e recebeu pessoas sobreviventes da Guerra de Canudos que aconteceu no Estado da Bahia e cessou em 1897.

Figura 01: Morro da Providência (ano 1977)



Fonte: <http://ofca.com.br>, autor desconhecido

Segundo Boshi (1970 p.5) o que caracteriza os núcleos urbanos chamados de favelas “é a posse ilegal do terreno”. Esses terrenos podem ser “tanto de propriedade privada e governamental, como de terceiros, por essa razão, as autoridades passam a preocupar-se com sua expansão e tentam erradicá-los” através de diversas políticas públicas em diferentes períodos ao longo do século XX (Cardoso 1981, pag. 24).

A palavra “favela” teria surgido nesse momento, como uma alusão a espécie vegetal típica da Caatinga nordestina *Cnidoscolus phyllacanthus*, que levava esse nome. O termo é bastante usado pelo aparelho estatal para finalidades de gestão urbana. A denominação “bairro” é usado no Brasil para substituir o termo “favela”, que carrega cunho pejorativo, visto como um não bairro civilizatoriamente oposto ao bairro. (SOUZA, 2011).

Correa (2011) se refere a favelas como “espaço vernacular”, efetivado por aqueles que invadem terras públicas ou privadas, produzindo espaços onde se introduzem novos agentes sociais como a criminalidade.

Desde 1987 o IBGE classifica as favelas com o termo “aglomerados subnormais”, quando estão dispostas mais de 50 unidades de casas de modo desordenado e denso, são áreas de invasão e carentes de serviço público essencial. A palavra “comunidade” para designar favelas é uma tática para os pobres construírem uma imagem que os favoreça a autoestima coletiva (Souza, 2011).

Segundo Abreu (1988) a década de 40 representa o marco da proliferação das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Nunes (1976) encontra dados em estudos de 1940 e 1942 onde as favelas Providência, localizada no Centro, Cantagalo, Babilônia e Rocinha, localizadas na Zona Sul, Borel, Salgueiro, Jacarezinho e Mangueira, Zona Norte, entre outras já eram mencionadas. O censo de 1948 já contabilizavam 105 favelas existentes. Todas na área urbana, indicando que seus habitantes pretendiam residir perto de seus locais de trabalho, geralmente na construção civil e em serviços domésticos.

Segundo Abreu (1988) nessa época a maior parte das favelas se localizava na Zona Sul da cidade, mas a maioria da população favelada se localizava nos subúrbios da cidade atraídas

pela ocupação nas indústrias desses locais. A ocupação industrial, junto com as melhorias de infraestrutura que trazia, também motivou o aparecimento de favelas nesse período.

Após os anos 30 ocorreu o processo de verticalização dos bairros da Zona Sul da cidade onde casas foram substituídas por prédios, atraindo a população de classe média. A construção da Avenida Presidente Vargas, em 1944, proporcionou crescimento imobiliário ainda maior de bairros como Copacabana. O comércio do local também cresceu atraindo grande quantidade de mão-de-obra barata e de baixa qualificação.

A inflação aumentada no país no governo de Juscelino Kubitschek, na década de 50, provocou baixa nos salários dos proletariados e uma valorização do solo urbano. Muitos proprietários de terrenos deixaram de vendê-los em uma expectativa de maior valorização. O barateamento das tarifas de ônibus fez valorizar uma série de empreendimentos localizados distantes do Centro da cidade.

Esses fatores, junto com um aumento populacional devido à migração de população atraída por oportunidades na Capital da República, colaboraram para gerar uma crise habitacional na época, que culminou com um aumento considerável no número de favelas. Sem a necessária reforma agrária no segundo quartel do século XX, aumentou a migração de pessoas oriundas do campo com destino a cidade. Com o abundante volume populacional políticas habitacionais fracassaram.

Segundo Boshi (1970) a favela representa, para migrantes e não migrantes, possibilidade de redução de custos com aluguel, moradia perto do local de trabalho. Ainda, no caso dos migrantes, representa à adaptação de novos grupos a cidade.

Para Cardoso (1981) a favela constitui um problema socioeconômico e educacional, pois concentra população de baixa renda ou desempregados, em busca de melhores oportunidades, em habitações casebres ou barracos construídos com materiais precários de baixa qualidade.

Sob gestão de Saturnino Braga foi aprovado em 1991 o Plano Diretor que propõe a integração de favelas no Rio de Janeiro. Atualmente está em vigor o projeto Favela-Bairro que constrói infraestrutura urbana buscando integra-las a cidade.

1.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DAS FAVELAS

A produção do espaço é feita por agentes sociais conflituosos, entre eles grupos sociais excluídos que também participam do processo de produção e consumo de riquezas urbanas, e (Correa, 2011) a produção de capital que é socializado, mas sua apropriação é privada, pois o espaço virou mercadoria. (Carlos, 2011) Essa propriedade privada reproduz desigualdades socioespaciais nas diversas camadas da sociedade. (Alves, 2011)

Ações do Estado são necessárias para provimento de vias, energia, água, educação, mas essas estão concentradas nas áreas centrais, onde há mais produção de capital (Alves, 2011).

Segundo Boshi (1970), a remoção do grupo de moradores da favela não é uma opção adequada quando o grupo já atingiu um vínculo com o local, pois provocaria uma desorganização da vida social. Exemplo de ações governamentais dessa alternativa foi à criação de órgãos estaduais como Companhia de Habitação (COHAB), que visava à eliminação das favelas no perímetro urbano em várias capitais brasileiras. A atitude não deu certo, pois mudavam os moradores para locais distantes do local de trabalho em pouca infraestrutura de transporte, em que tinham que assumir despesas habitacionais que não tinham nas favelas.

1.3 AS FAVELAS NO BRASIL E NO MUNDO.

O governo se mostra incapaz de erradicar a pobreza, tendo que admitir ou tolerar a invasão da área pública. A ausência de reforma urbana faz com que os espaços públicos sejam favelizados. São milhares de favelas e campos favelizados no Brasil e no mundo, ocupando locais públicos ou privados improvisando um modo de vida próprio a carência de serviços públicos.

Segundo o Censo 2010, 11.425.644 de pessoas ou o equivalente a 6% da população do país vivem em aglomerados subnormais. 49,8% dos domicílios favelados encontram-se na

região Sudeste. Desses, 23,2% estão no Estado de São Paulo, e 19,1% no Rio de Janeiro. Em população, o Estado do Rio apresentou um total de aproximadamente 2 milhões de moradores em áreas carentes.

No Brasil a maioria, 88,6%, da população favelada está concentrada em regiões metropolitanas. As metrópoles concentradoras de favelas são São Paulo (596.479 pessoas), Rio de Janeiro (520.260), Belém (291.771), Salvador (290.488) e Recife (249.432). São milhares de pessoas que se deslocam para essas grandes cidades atraídas pela oferta metropolitana de emprego.

Nos países periféricos são agentes sociais os invasores e ocupantes de terrenos e têm papel fundamental na conformação das cidades (Vasconcelos, 2011), principalmente nas metrópoles que é marcada por formas precárias de habitação.

Segundo Cardoso (1981, pag. 22) a “existência de setores urbanos marginais parece ser um fenômeno antigo na América Latina e no Brasil. Supõe-se que seu aumento tenha ocorrido com a industrialização das cidades, sobretudo no período pós guerra.” Ainda segundo o autor, essa marginalização na América Latina pode ter relação com a dependência político-econômica que esses países passaram quando foram colonizados, com a soberania política na concessão de terras na época, e posteriormente com a criação de indústrias.

A maior favela do mundo também está na América Latina. É a chamada Nezhualcóyotl, ou Ciudad Neza, localizada no México. Concebida nos anos 60 para desafogar a populosa Cidade do México tem, segundo jornal O Globo, 1,2 milhão de habitantes. São dez mil habitantes para cada quilômetro quadrado.

No Brasil a maior favela é a Rocinha localizada no Rio de Janeiro com uma população de 69.161mil habitantes, segundo IBGE. São 815,9 habitantes por quilômetro quadrado, em 25.352 domicílios e uma média de quase três moradores por residência.

Tabela 01: As maiores favelas do Brasil.

	Nome	Estado	População
1°	Rocinha	RJ	69.161
2°	Sol Nascente	DF	56.483
3°	Rio das Pedras	RJ	54.793

Fonte: Censo 2010 – Aglomerados Subnormais

Mas habitações em aglomerados subnormais não é característica apenas de países subdesenvolvidos ou países latino-americanos. A maior favela da Europa se chama Cañada Real Galiana e abriga 44 mil pessoas em uma área pública na Espanha, a aproximadamente 15 km em Madri. Desde seu surgimento em 1972, a população ainda é carente de saneamento básico, pavimentação, e muitas moradias são feitas de madeira.

As companhias fornecedoras de energia elétrica e de telefonia também estão, mesmo que indiretamente, promovendo o processo de favelização na medida em que atendem a qualquer demanda.

1.4 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO, DESTACANDO A ZONA SUL DA CIDADE.

Segundo a antiga IPLANRIO - Empresa Municipal de TI e Planejamento, em 1999 cerca de 1/3, ou 33%, da população carioca vivia em favelas ou assentamentos de baixa renda. Atualmente o órgão está representado no IPP - Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, e revelou em 2012 que 23% da população carioca viviam na favelas.

O IBGE, pela primeira vez em nível nacional, fez uma publicação especial que apresenta dados sobre os aglomerados subnormais por cidades. O Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados, publicado no Rio de Janeiro, mostrou que a proporção de pessoas residentes em aglomerados subnormais em relação à população total na Região Metropolitana do Rio de Janeiro 14,4%.

Segundo o IPP, em uma estimativa com base no censo 2010, ao que tudo indica as favelas continuaram a crescer na última década, numa velocidade superior à da cidade como um todo. Entre 2000 e 2010, a população do Rio, como um todo, passou de 5.857.994 para 6.320.446 habitantes, representando um crescimento de 8%. Mas, enquanto as favelas se expandiram a uma taxa de 19%, a população da “não-favela” cresceu apenas 5%.

Tabela 02: Estimativa da variação da população moradora em favela e não-favela, por Áreas de Planejamento – Município do Rio de Janeiro – 2000 e 2010

Área de Planejamento	Variação % da População – 2000 - 2010	
	Favela	Não Favela
Total	19%	5%
AP1 – Central	28%	4%
AP2 – Zona Sul	15%	-1%
AP3 – Zona Norte	11%	-1%
AP4 – Barra/Jacarepaguá	53%	28%
AP5 – Zona Oeste	15%	8%

Fonte – Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Os dados sobre população em aglomerados subnormais do IPP e do Censo 2010 divergem devido à diferença parâmetros adotados. Como o IBGE define um número mínimo de 51 domicílios para considerar um conjunto como aglomerado subnormal, algumas áreas consideradas como favelas pelo IPP não foram consideradas pelo Censo. Isso resultou num acréscimo de 4% sobre a população calculada pelo IBGE.

A população favelada do Rio de Janeiro acompanha a distribuição da população total por Área de Planejamento - AP.

Segundo IPP em 2005 a Cidade do Rio de Janeiro continha 750 favelas cadastradas, distribuídas pelas 5 AP. Área de Planejamento 3 abriga o maior número (312 favelas) e a AP 2, o menor: 52 favelas.

O número de habitantes da Zona Norte (AP3) são maioria. Enquanto a população favelada da Baixada de Jacarepaguá (AP 4) é maior do que as da população geral da região, na Zona Sul e adjacências (AP 2) a situação é oposta com a população geral maior do que o da população favelada cerca de um milhão de habitantes e alta densidade demográfica, localizam-se bairros nobres de classes alta e média alta e vivem pouco mais de 174 mil pessoas em favelas ou 17%.

Tabela 03: Proporção da população da cidade e das favelas sobre os respectivos totais, por Áreas de Planejamento – Município do Rio de Janeiro - 2010

Áreas de Planejamento	População Residente			
	Cidade	Proporção	Favela	Proporção
Total	6.320.446	100%	1.443.773	100%
AP1 – Central	297.976	5%	103.296	7%
AP2 – Zona Sul	1.009.170	16%	174.149	12%
AP3 – Zona Norte	2.399.159	38%	654.755	45%
AP4 – Barra/Jacarepaguá	909.368	14%	236.834	16%
AP5 - Zona Oeste	1.704.773	27%	274.739	19%

Fonte – Cidade: IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Segundo a Prefeitura da cidade (CEZAR, 2002) ano 2000, existiam 56.313 pessoas residentes na Região Administrativa Rocinha, a maior favela da cidade e do país. Dados mais recentes, do CENSO 2010, diz que 69.161 pessoas vivem na região. Mas essa população pode ser muito maior. O Censo Domiciliar na Rocinha, realizado pela Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro para o PAC em 2010, contabilizou 73.410 habitantes. Considerando as recusas de receber os recenseadores e as residências com moradores ausentes, existe uma estimativa populacional de 98.319 pessoas.

Segundo estimativas do IPP sobre o Censo 2010, o município do Rio de Janeiro é dividido oficialmente em 33 Regiões Administrativas-RA.

Tabela 04: Proporção da População das favelas, sobre as populações das Regiões Administrativas e Áreas de Planejamento – Município do Rio de Janeiro - 2010

Regiões Administrativa	População Residente		
	Cidade (A)	Favelas (B)	Proporção (B)/(A)
Portuária	48.664	21.168	43%
Centro	41.142	108	0%
Rio Comprido	78.975	28.021	35%
São Cristóvão	84.908	40.250	47%
Paquetá	3.361	908	27%
Santa Teresa	40.926	12.841	31%
AP1	297.976	103.296	35%
Botafogo	239.729	14.998	6%
Copacabana	161.191	12.094	8%
Lagoa	167.774	19.002	11%
Tijuca	181.810	28.004	15%
Vila Isabel	189.310	30.695	16%
Rocinha	69.356	69.356	100%
AP2	1.009.170	174.149	17%
Ramos	153.177	53.236	35%
Penha	185.716	47.710	26%
Inhaúma	134.349	21.250	16%
Méier	397.782	54.831	14%
Irajá	202.952	29.527	15%
Madureira	372.555	50.133	13%
Ilha do Governador	212.574	67.084	32%
Anchieta	158.318	25.080	16%
Pavuna	208.813	95.065	46%
Jacarezinho	37.839	33.836	89%
Complexo do Alemão	69.143	60.500	87%
Complexo da Maré	129.770	75.720	58%
Vigário Geral	136.171	49.783	30%

Regiões Administrativa	População Residente		
	Cidade (A)	Favelas (B)	Proporção (B)/(A)
AP3	2.399.159	654.755	27%
Jacarepaguá	572.030	177.837	31%
Barra da Tijuca	300.823	54.401	18%
Cidade de Deus	36.515	4.596	13%
AP4	909.368	236.834	26%
Bangu	428.035	95.518	22%
Campo Grande	542.084	65.404	12%
Santa Cruz	368.534	54.853	15%
Guaratiba	123.114	30.387	25%
Realengo	243.006	28.577	12%
AP5	1.704.773	274.739	16%

Fonte: Cidade - IBGE. Censo 2010; Favela: estimativa IPP sobre IBGE

Em todas elas existem favelas. Na área central da cidade (AP1), onde se verifica a maior proporção de favelas (35%) estavam também Regiões Administrativas com grande presença de moradores nesse tipo de habitat, isso demonstra o interesse da população em morar próximo ao local de trabalho. A RA Rocinha continha 69.356 residentes, o que representava 4,8% do total da população favelada da cidade.

A AP 3 - Zona Norte, é onde se localiza o maior contingente de moradores em favelas, totalizando mais de 650 mil habitantes em aglomerados. Nesta região, destacam-se as chamadas RA favela (Jacarezinho, Complexo do Alemão e Maré) com enorme proporção de moradores nas mesmas (89%, 87% e 58%, respectivamente). Ainda segundo IPP 2010, o Complexo do Alemão continha 60.500 habitantes representando 4,2% do total da população favelada do Rio de Janeiro.

Em resumo, segundo IPP, as maiores RA's, em termos da participação de moradores em favelas em sua população, eram: Rocinha, Jacarezinho e Complexo do Alemão, acima de 87%; Complexo da Maré, Pavuna, Portuária, Rio Comprido e Ramos variando de 35% a 58%.

Vinte e um bairros não tinham favelas em 2010. No mapa quanto mais escuro a cor do bairro, maior a quantidade de pessoas morando em favela (ver anexo).

Se existem tantas favelas não se pode continuar com as práticas que o Estado faz no Brasil de maneira geral, na tentativa de escondê-las dos turistas a qualquer custo. Deve ser aproveitado todo o potencial econômico desses locais, em mão-de-obra, consumo, e também como atrativo turístico.

1.5 TURISMO: DEFINIÇÕES E SEGMENTOS

O espaço é um fator de evolução social, produzido e reproduzido constantemente e construído pelo movimento histórico.

O espaço geográfico é uma categoria fundamental na análise do turismo, pois o grupo cultural, de interesse do visitante, configura sua existência através dele.

Para o turismo o espaço geográfico pode ser identificado como lugar, paisagem e território turístico, ou ambiente propício para o turismo. (Coriolano, 2007)

O capitalismo produz um tipo de espaço da reprodução das relações de produção. Quando esse espaço é apropriado por um grupo, passa a ser um território. O território é construído, podendo ser ampliado ou reduzido como também desfeito pela ação do homem. O território não pode ser transferido de um grupo para outro, pois se assim feito ocorre a desterritorialização.

E esse território inserido no espaço atende primeiro as tendências do mercado, mas nem sempre as necessidades sociais (Castrogiovanni, 2000), dessa maneira o espaço é visto cada vez mais como mercadoria. As mesmas condições que reproduzem as relações de produção permitem o lazer e o turismo.

O turismo é antes de tudo um uso do território (STEINBERGER, 2009), uma prática social que envolve deslocamento de pessoas e está fortemente determinado pela cultura (Cruz, 2003), e depende do patrimônio natural ou histórico.

Segundo Knafo (2001), há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos. A primeira é a territorialidade sedentária dos que vivem e habitam. A outra é a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não tem menos necessidade de se aproximar.

Turismo é uma das formas de ocupação do território. Existem territórios sem turismo e também existe turismo sem território, isto é, um turismo que se contenta com sítios e lugares equipados, quase completamente indiferentes ao lugar que os acolhe (Knafo, 2001).

O turismo pode ser encarado como uma forma especial de viagem, particular da sociedade capitalista industrial que surgiu com as transformações ocorridas na instalação do capitalismo durante os séculos XVIII E XIX. (Figueiredo, 2001) As primeiras viagens organizadas foi chamada Grand Tour, e consistia de um passeio da aristocracia pelas principais cidades europeias com intuito de conhecer a cultura Greco-Romana. A partir do século XIX, a insalubridade da cidade industrial provocará um movimento de busca de descanso e prazer diante da natureza (Gastal, 2000). Assim como o Grand Tour, turistas modernos percorrem cidades em busca de cultura.

Para Knafo (2001), a palavra “turismo” é polissêmica, evocando ao mesmo tempo uma atividade humana e social e todo o aparelho econômico, mas esse só aparece como atividade econômica a partir da organização da viagem para o lazer.

Existe uma intensa discussão sobre a definição de turismo na literatura. Barreto (2003) citou autores da escola berlineza que enfatizam uma definição de turismo como movimento de pessoas e ausência temporária da residência. Depois citou autores com outras definições, enfatizando o deslocamento não objetivado por atividade de lucro. Mas a definição mais elaborada foi Luis Fernández Fúster, que definiu o turismo através de todo o equipamento gerado a partir da atividade turística:

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender as correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras. (BARRETO, 2003, p.11)

Dessa maneira Barreto (2003) conclui que a viagem e a estada acontecem fora do local de residência, e as pessoas desenvolvem atividades diferentes de seu cotidiano. O tempo de permanência é curto, e o caráter da visita é não lucrativo. Existe uma busca por prazer por parte dos turistas.

Para a Organização Mundial do Turismo - OMT, o turismo é uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos uma pernoite no destino. Esse deslocamento pode ser dado por diversas razões como lazer, negócios congressos, saúde, desde que não corresponda a forma de remuneração direta.

O principal elemento que caracteriza o lugar turístico é o turista. A definição de turista adotado pela OMT é: visitante temporário que permaneça mais de 24h e menos de 3 meses, por qualquer razão, exceção feita de trabalho. Segundo Cruz (2003), todo lugar que houver que a presença do turista, ainda que solitário ou aventureiro, pode ser um considerado um lugar apropriado pela prática social do turismo.

A principal função do turismo seria a recuperação da fadiga stress que o trabalho proporciona da nossa sociedade moderna, bem como o conhecimento e a apreciação de ambientes e culturas diferentes (Figueiredo, 2001).

A paisagem turística é uma invenção cultural, de uma cultura como produto que se manifesta em objetos. Esses objetos carregam marcas dos processos culturais que envolvem práticas e significados que levam um povo a fazer significados a si mesmo, comportamento, tradição e maneira de expressar-se (Gastal, 2000).

O espetáculo, através da ideia fantasiosa cria uma idealização do lugar, faz com que um lugar passa a servir de lazer e ao turismo. As imagens idealizam um lugar o tornando desejável, que possa induzir comportamento de consumo (Coriolano, 2007).

“Lugar turístico” é expressão utilizada tanto para se referir a lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo como também a lugares considerados potencialmente turísticos (Cruz, 2003). A personalidade do lugar se define com a participação social. A diferenciação do lugar se dá pela historicidade, que se manifesta todo o tempo.

O espaço turístico é aquele do cotidiano das pessoas que ali vivem (Yazigi,1999). Dentro desse quadro várias modalidades de turismo poderia ser praticado, aproveitando o cotidiano do lugar.

Sendo o turismo a organização econômico-administrativa da viagem, podemos encará-lo como atividade econômica que gera emprego. O “produto turístico”, a matéria-prima dessa indústria turística, é o atrativo turístico. (Figueiredo, 2001). O lugar de atração turística também se torna um produto.

A atratividade resulta da produção e da socialização de imagens que selecionam parte da realidade urbana e constrói uma imagem sedutora sobre o lugar. (García,1998) Um atrativo pode ser de ordem natural, cultural, enfim o que pode ser considerado curiosidade particular de uma região. Somente com investimento em infraestrutura, potencialidades turísticas podem servir atrativos.

O turismo é segmentado em diversas categorias, como turismo de eventos, turismo de negócios, turismo de saúde, turismo de lazer.

O turismo de lazer se apropria do espaço e o reorganiza para adequá-lo ao viajante.

O turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve agenciamento da atividade interligando transporte e hospedagem em pacotes de viagem de maneira que diminua o custo da viagem, e permitir que um grande número de pessoas viagem (Cruz,2001). O termo turismo de massa difundiu-se após os anos 50, com a industrialização generalizada das férias remuneradas. Com esse tipo de turismo, o tempo de estadia, transporte, serviços e infraestrutura se transformam em “pacote turístico” e o imaginário do ideal de lazer uma mercadoria produzida pela publicidade (Luchiari, 1998).

Podemos dizer, então, que turismo que atrai os visitantes da cidade do Rio de Janeiro é caracterizado pelo chamado “turismo de massa”, pois está organizado por diversas agencias de viagem que proporciona um grande volume de viajantes atraídos pela cidade, localiza-se no litoral brasileiro, onde se concentram infraestrutura urbana e de acesso.

No turismo a gestão comunitária é associada a economia solidária, que surge como contraponto ao turismo capitalista de massa, valorizando os valores locais.

A transformação de alguns espaços em lugares turistificados tem levado a constrangimento de uso e apropriações múltiplas no sentido de constrai-lhes sentidos unívocos e preservá-los enquanto ilhas de bem-estar, gerando com isso uma segregação social (García, 1998). Ao lado dos melhores hotéis beira-mar estão favelas imensas, hotelaria praticando um turismo confinado, avesso a desigual realidade social que não consegue esconder. O hotel Sheraton Rio Hotel & Resort, localizado em frente a favela Vidigal reforça essa ideia de um turismo confinado, que ignora o que acontece ao redor. A liberdade está limitada aos pequenos territórios isolados, intramuros, avessa dos cotidianos das pessoas que vivem ao redor daquele hotel. Esse tipo de turismo pouco contribui para a melhoria da qualidade de vida local.

A busca pela cultura autêntica, por experiências inusitadas, interativas, aventureiras são características do turismo alternativo.

A intensificação do uso turístico de dada porção do espaço geográfico leva a concentração de objetos que funcionam para o desenvolvimento da atividade. São atividades de apoio do turismo, como hospedagem, restauração, prestação de serviços, infraestrutura de lazer, agenciamento. Tais objetos são acompanhados por infraestrutura de saneamento básico, energia, telefonia e acesso que se concentram no núcleo receptor do turismo, nunca na totalidade do território. (CRUZ, 2003)

A literatura do turismo mostra autores que intensificam a importância econômica local que o turismo gera, e a importância do lazer na qualidade de vida. No que se refere à dimensão socioeconômica o turismo poder ser uma agente importante da geração de emprego e renda nas cidades nas quais ele se apropria (CRUZ, 2001), pois ele atua em conjunto outras atividades capitalistas.

Para que o turista decida por uma viagem ele precisa ser motivado. Esse interesse é variado, e se manifesta no diferencial que tem o lugar em relação a origem do turista, podendo ser de sol, praia, montanha, exotismo, patrimônio arquitetônico, festivais. A área urbana brasileira oferece todo esses motivos, além de alguma infraestrutura construída. Assim o turismo brasileiro se manifesta principalmente na área urbana. É preciso que as categorias legais valorize todo o diferencial do lugar para haja uma transformação em lugar turístico.

Territórios turísticos são planejados, mas não é somente os espaços que se planeja, mas toda a sociedade (Knafou, 2001), para isso é importante que a sociedade civil, órgãos federais de planejamento, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa organizem-se com objetivo de se fazer representar nas instituições que exercem influência sobre o desenvolvimento do turismo (Araújo e Moura, 2007).

1.6 O TURISMO URBANO.

A cidade urbana é um espaço territorializado, que se modifica constantemente através do movimento histórico da sociedade. Ela compreende um lugar, e faz parte do todo geográfico, privilegiado quanto a concentração de atrações, serviços, simbolismos e produções culturais.

Segundo Castrogiovanni (2000) a paisagem urbana representa-se em seis componentes básicos: forma, identidade, função, estrutura e processo. A forma são os aspectos visíveis. A identidade é o diferencial, o significado que tem para o observador. A função é o papel cotidiano que os espaços criados tendem a desempenhar, de acordo com compasso social solicitado pelo capital. A estrutura é a natureza histórica do espaço urbano, está ligado ao social e questões econômicas na formação das cidades. O processo de formação é necessário entender para aprender o sentido locacional.

As imagens urbanas depuradas pelo turismo evocam estilos de vida, formas de ser e viver na cidade (García, 1998)

Para o residente do lugar a paisagem e o espaço desempenham as funções de lugar mediador para vida, que está em constante transformação, de referência geográfica, psicológica afetiva, fonte de contemplação e de inspiração, e de memória social. A paisagem é referencia cotidiana do habitante e que, satisfazendo sua forma de organizar a vida, acaba por interessar ao turista que busca o diferencial do próprio cotidiano. A paisagem interessa primeiro a seus habitantes, e só numa relação de estima deles pelo espaço é que dependerá o interesse do visitantes e turistas (Yázigi, 1999).

Atividade econômica do turismo envolve apropriação de objetos naturais e artificiais criados ao longo do tempo. Envolve também ação política e conflitos do espaço urbano. O

turismo representa um novo uso da cidade e do espaço urbano, provocando transformações sociais, econômicas e ecológicas.

Através da comunicação e informação ocorre uma espetacularização do cotidiano dessas cidades, com o lançamento pela mídia, dos novos espaços modernizados, novos equipamentos oferecidos não apenas para o turista mas sobretudo para cidadãos consumidores (García, 1998). É através da informação, da disponibilidade desses equipamentos, construção bem sucedida de imagens urbanas, e forma de vida, que um lugar recebe mais ou menos fluxo turístico.

O espaço urbano é dinâmico, emissor de turistas e também se destaca como importante receptor de fluxos. A emissividade explica-se pela concentração populacional e pela divisão social do trabalho, só viaja quem pode arcar com os custos. O estilo de vida urbano estimula o viajante à fuga do cotidiano estressante.

Segundo Barreto (2003) mais da metade dos turistas mundiais se dirigem a Europa. O fluxo de turistas que chegam a América do Sul é muito pequeno se comparado ao mundial.

É no espaço urbano que se concentra o fluxo turístico justamente porque nessas áreas estão localizadas maiores infraestruturas urbanas construídas, como pavimentação, dutos de água tratada e de esgoto, coleta de lixo, distribuição de equipamentos de saúde e escolas.

Muitas vezes o espaço urbano é ao mesmo tempo emissor de turistas, por concentrar um grande número populacional e renda, e também receptor do fluxo turístico, por concentrar atrativos como montanhas e praias.

A paisagem é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, estilo de vida, fatores geográficos, e tem importante papel no direcionamento turístico. (Yágizi, 1999)

No processo de turistificação de uma área, populações locais são seduzidas por falsas promessas de desenvolvimento, geração de emprego, ocupação e melhoria de renda. Na prática esses benefícios não se materializam de maneira significativa por causa das limitações de acesso ao mercado de trabalho formal, devido ao baixo nível de escolarização, e preparação técnica exigidos pelo turismo. (Araújo e Moura, 2007)

Não será o turismo capaz de contribuir para a diminuição da pobreza e dos conflitos sociais caso não se crie uma política nacional clara para o setor. Para desenvolver o turismo são necessárias fortes determinações políticas de equilíbrio da distribuição de renda, de emprego, e planejamento na prestação de serviços públicos e privados. São serviços essenciais de redes de água e esgoto, pavimentação, iluminação, limpeza, e outras infraestruturas que tem de estar previstas em planos, normas e ações do município (Yázigi, 1999).

Muito da turistificação dos espaços se dá por meio do crescimento do turismo contemporâneo, isto é, sem planejamento integrado.

O Brasil não tem tradição na elaboração de políticas públicas para o turismo. O planejamento turístico “vem acontecendo segundo planos estaduais e municipais, com pouca ou nenhuma orientação em escala federal. A inexistência de diretrizes em âmbito federal tem levado ao surgimento de políticas de turismo isoladas, ora institucionalizadas, ora não” (Cruz, 2001, pág. 264).

A atuação do Governo Federal na área do turismo iniciou no Brasil no ano de 1966, com a criação do Conselho Nacional de Turismo - CNTUR, e da Empresa Brasileira de turismo – EMBRATUR. Mas intenção de inserir o Brasil no turismo global só ocorreu com a criação da Política Nacional de Turismo, em 1977 (Etges, 1998).

Essas políticas tem que ser praticadas ao longo prazo, para que os resultados positivos esperados sejam alcançados.

A constituição de 1988 favoreceu a multiplicação de municípios, estabelece autonomia entre eles, dificultando uma ação regional. A política municipal de desenvolvimento urbano e regional deveria estar associada a sua correspondente estadual e esta deveria, também, ligada a política nacional. Mas isso não acontece, o que existe são ações isoladas de cada nível do governo. Os estados e municípios podem definir regiões de planejamento e atuar conjuntamente, mas isso é comumente inviabilizado devido a divergências políticas (Yázigi, 2003).

Questões do setor econômico, social, cultural, ambiental, educacional, assistencial, “têm de ser equacionadas como plano de governo, com ampla participação social, sem o que decisões hoje tomadas são anuladas por gestões subsequentes” (Yázigi, 1999, pág. 168).

Para uma conveniente organização do turismo seria necessário mais que uma ação local, mas uma ação regional. Políticas e projetos detalhados devem ser feitos para a definição do tipo de turismo a empregar, o público alvo, e a participação da sociedade.

A lei orgânica facilita o município a decidir sobre o uso e ocupação do solo. Já o Estado e a União atuam como repassadores de verbas ao município e ao estado, e viabilizando infraestrutura física e social: rodovias, aeroportos, escolas, hospitais, entre outros (Yázigi, 1999).

A Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS e a postura municipal são parâmetros indispensáveis para a forma urbana. Segundo Yázigi (1999) esse tipo de lei é aprovada e discutida pelo legislativo e pode prever uma diversidade de possibilidades de uso e ocupação do solo. O Município autônomo pode eleger zonas que devem ser urbanizadas, ou não. Mas poucos municípios brasileiros incorporaram a variável turística em leis de uso e ocupação do solo, que é indispensável para evitar a degradação do lugar. A situação do município do Rio de Janeiro não é diferente, mas em 2013 foi apresentado pela secretária de Urbanismo um projeto que lei que altera a lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade.

O Projeto de Lei Complementar nº 33/2013 define as condições disciplinadoras de uso e ocupação para ordenamento territorial da Cidade do Rio de Janeiro. Esta Lei Complementar tem por finalidade instituir as normas gerais que disciplinam o uso e a ocupação do solo no território municipal.

O turismo é citado cinco vezes: a primeira a respeito da iluminação pública, ficando para o órgão responsável pela iluminação pública a prioridade e iluminação específica para valorização de pontos turísticos. A segunda coloca as áreas centrais como locais preferenciais de investimento, instalação de equipamentos para serviços públicos e realização de eventos culturais, de lazer e de turismo. Na terceira vez que o turismo é citado é definida a Área de Especial Interesse Turístico (AEIT), aquela com potencial turístico e para qual se façam necessários controle de usos e atividades, investimentos e intervenções visando ao desenvolvimento da atividade turística. Na ocupação dos espaços públicos para instalação de

elementos transitórios - como Mesas e cadeiras, Coberturas e elementos de proteção contra a incidência de raios solares, e recipientes para plantas ornamentais – o aspecto de interesse turístico é levado em consideração, pela quarta vez. Por último, o licenciamento de projetos para a implantação de complexos turísticos, entre outros, fica condicionado a adequação aos parâmetros para o uso e ocupação do solo definidos por legislação de uso e ocupação do solo local.

Diferenças na paisagem urbana são disciplinadas por planos diretores, quando este não existe ou não funciona a organização espacial é prejudicada. Em substituição ao antigo Plano Decenal da Cidade do Rio de Janeiro de 1992, foi sancionada pelo prefeito Eduardo Paes o novo Plano Diretor do município do Rio de Janeiro, a Lei Complementar 111 de 01/02/2011. O Plano ressalta a importância da paisagem da Cidade para a economia turística do país, e articula ações para a promoção de políticas de turismo, transporte, meio ambiente, saneamento ambiental, zona costeira, equipamentos urbanos, serviços públicos e desenvolvimento econômico e sustentável.

O Plano promete valorizar a vocação da cidade para sediar serviços turísticos, e inclui o turismo nos Fundos Municipais financeiros e orçamentários. Estimular a sinalização e criação de centros de informação turística e ambiental na orla carioca, proteção do ambiente natural costeiro e regulamentação do transporte para atender o turista.

Além disso o Plano Diretor tem uma seção inteiramente dedicada ao turismo, estipulando seus objetivos e diretrizes. São objetivos da Política de Turismo promover a atividade turística para o desenvolvimento econômico do Município, valorizando o patrimônio turístico, proteção do meio ambiente, expandindo infraestrutura e força de trabalho para o turismo, entre outros. São diretrizes da Política de Turismo, entre outras, estimular o turismo com a definição de áreas de relevante interesse turístico e, melhoria das condições de segurança, de limpeza urbana, de acessibilidade e de informação turística. Promover política pública garantindo acessibilidade aos pontos turísticos.

A cidade do Rio de Janeiro sobrevive sem comissão de estética, a arquitetura está mal equacionada pelo poder público, não é prevista pelo processo de planejamento o que favorece a falta de padrão da arquitetura urbana, emaranhado de fiações aéreas nas ruas, excesso de publicidade, baixa manutenção de vias públicas, falta de arborização.

O Código de Obras e Edificações – COE – é uma categoria adequada para nortear o turismo por decidir sobre a forma da arquitetura urbana. Ele visa instituir normas para a elaboração de projetos e para a construção, buscando garantir a preservação da qualidade da paisagem da cidade e das suas edificações.

O COE do Rio de Janeiro menciona o turismo na proposta de integração do centro e dos diferentes bairros aos projetos de turismo da cidade, e melhoria de suas condições urbanas. Trata do estímulo ao turismo, com o estabelecimento de áreas de interesse turístico e de critérios para sua proteção, melhoria das condições de limpeza urbana, segurança, transporte e informação. Sobre o estímulo ao turismo é dedicada uma subseção na importância da criação de um programa que divulga, construa equipamentos de apoio ao turismo, conservação de centros de lazer e praças, e incentivo a hospedagem.

A política de turismo brasileira não está aliada a um plano nacional de desenvolvimento. (Yázigi, 1999) Para a organização do turismo a criação de um conselho regional de turismo é essencial, pois o turismo exige qualidade e para um franco desenvolvimento não pode ser planejado apenas em escala nacional.

Mas pouco adianta que o município entre nas frentes turísticas se não estiver combatendo a pobreza, degradação do território, tecnologias erradas, sem apoiar as tradições que garantam a vida do grupo (Yázigi, 1999). Para haver uma boa consolidação do turismo, este não deve ser promovido como única fonte de renda da região. Devem ser apoiados com outros projetos de desenvolvimento local. Investimentos dificilmente são feitos pela frente do município isoladamente, é necessária parceria com governos de Estados e União.

Os Estados devem destinar investimentos para o desenvolvimento baseado no turismo. Devem desenvolver associações comunitárias e capacitar mão-de-obra para participar dos objetos turísticos.

A prefeitura deve construir infraestrutura básica, e destinar recursos para o turismo. Secretarias de turismo municipais devem apresentar projetos turísticos a ser organizado.

A prefeitura pode fazer parcerias com universidades para elaborar planos de desenvolvimento do turismo. As universidades podem participar com projetos para melhoramentos de áreas de carência.

É fundamental que a ação do planejamento dos territórios para o turismo seja feita obedecendo à realização do homem, a plenitude de sua existência no lugar que ele produz. Do contrário a apropriação indevida assoma a exclusão social (Lima, 1998). A comunidade deve estar comprometida com a nova alternativa de desenvolvimento econômico apresentado pelo turismo. Por isso a política de turismo deve estar planejada em nível de federação, recebendo o peso que merece no conjunto de problemas nacionais.

1.7 O TURISMO EM FAVELAS

Não se pode pensar na cidade do Rio de Janeiro com fluidez total do território turístico. Infraestruturas urbanas não estão construídas por toda a parte, e não leva em conta a distribuição socioespacial. A maior parte da cidade reflete o abismo econômico entre classes sociais, não tem nenhum atrativo turístico e esconde, em seus subúrbios, verdadeira pobreza. A diferença para as outras grandes cidades é que a pobreza não está só em regiões do centro, mas também na área mais valorizada da cidade. As favelas estão por toda parte.

Um mito histórico russo criou a expressão “Vilarejos à la Potemkin”. Diz-se que um líder militar russo chamado Grigory Potyomkin construía vilarejos falsos, apenas fachadas para impressionar a Imperatriz Catarina II em suas visitas as ruas da região. Dessa maneira agradava a monarca mostrando-lhe um falso esplendor do país. (Yázigi, 1999).

“À la Potemkin” está sendo feito o turismo no Rio de Janeiro. O que é feito está sendo maquiado e escondido. Na pista que dá acesso ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Linha Vermelha, existem inúmeras favelas esbanjando desorganização arquitetônica e miséria. A alternativa encontrada pelo governo passar a impressão “cidade maravilhosa” para o turista estrangeiro, foi instalar barreiras acústicas para cobrir a feiura das favelas. O muro separa a via expressa do conjunto de favelas da Maré. Impressas nas barreiras estão imagens dos principais pontos turísticos da cidade.

Figura 2: As casas do Complexo da Maré separadas da Linha Vermelha pela barreira acústica



Fonte: Marcos Michael, revista Veja

Regras, normas de comportamento, vestuários, linguagem, ritos conferem a identidade de integrantes, que os torna diferentes de outros. Internaliza-se significados e valores dos lugares que habita e esse passa a fazer parte de cada pessoa, formando uma unidade que conjuga o modo de ser subjetivo de cada um com lugares objetivos. Essas identidades culturais e coletivas são produzidas vinculadas ao espaço e ao tempo (Coriolano, 2007).

Um das principais motivações das viagens turísticas é a busca pela diversidade cultural e pelo exótico, daquilo que se diferencia do cotidiano do turista. Para Cruz (2003), um visitante suíço tem a favela da Rocinha como algo absolutamente exótico, totalmente diferente do tipo de habitação que ele conhece em seu país. Daí a atratividade da favela carioca para certos grupos de viajantes e o possível interesse em conhecer as submoradias brasileiras, suas formas locais de cultura. Por isso as favelas não devem ser escondidas, mas estampadas.

Quem determina o potencial do lugar turístico é o próprio habitante do lugar, pois está diretamente ligado ao seu território, esse vínculo que constrói a identidade dos homens, seus significados culturais, criam raízes e embelezam a vida. A infelicidade do homem é criada pela quebra dessa identidade, umas das resultantes da exclusão social (Lima, 1998).

O turismo além de gerar riquezas pode distribuí-la, por isso é importante seu desenvolvimento em sociedades pobres.

Na literatura do turismo encontramos diversos pontos de vista a respeito do turismo em favelas.

Para Yazigi (2003) as favelas tem fatores adversos ao turismo, pois a carga de sofrimento diário dos habitantes é incompatível com o ideal de civilização e de prazer turístico. O quadro de relações em um lugar tornada miserável pelas exclusões e deterioração arquitetônica, urbanística e paisagística, a violência banal ou aquela ligada a droga, a falta de saneamento, e o horror das condições humanas rebaixadas são contrários a ideia de turismo, e fazem da periferia um do antiturismo.

Para este autor a favela “pode interessar ao turista estrangeiro enquanto curiosidade um tanto nefanda: a de ver o vivo aquilo que ouviu falar e inexistente em seu cotidiano desenvolvido.” (Yázigi, 2003 pág. 262). Ele discorda que favela seja lugar turístico quando o caracteriza pela densidade de frequentadores turistas, equipamentos e serviços específicos. O autor considera a favela da Rocinha como um mero objeto de interesse cultural dentro de um lugar turístico – a cidade do Rio de Janeiro. Ainda assim admite que esse lugar pode vir a ser turístico como qualquer outro.

Para Cruz (2003), a pobreza e a miséria incomodam porque a uns não fazem parte de “seu mundo” e não desejam que faça, e a outros porque se sentem impotentes diante do quadro.

A busca pelo exótico é incentivadora do turismo, o que atrai o turista é a forma de vida da comunidade e isso justifica o fato de uma favela ser atrativa para o turista.

A paisagem urbana brasileira está mais representada nos subúrbios, altamente divulgado pela mídia através de seus problemas sociais e violência urbana, feiúra e miséria. O brasileiro está familiarizado com esse quadro pintado pela imprensa, diferente do estrangeiro que encontra o diferente e o exótico nesses ambientes.

Se a cultura é um conjunto de respostas que o grupo dá aos desafios do meio, a cultura tão singular das favelas com habitantes que encaram desafios internos tão sociais e diferentes do restante do mundo deve ser conhecida e divulgada.

Se o espaço turístico é aquele do cotidiano das pessoas que ali vivem, logo podemos entender que as favelas é um lugar turístico. Mas não foi apropriado para este fim recentemente. José Casias, embaixador espanhol relatou em 1940 sua experiência turística em uma favela brasileira em suas memórias de viagem: “yo fui a los morros de día y de noche y solo tuve que cruzarme con gente educadas que al pasar me saludaron amablemente.” (CASIAS apud FREIRE-MEDEIROS,2007, p. 3)

O turismo é uma alternativa de desenvolvimento local e as favelas podem se apropriar dele, mas para que a pratica do turismo possa ser um possível veículo da qualidade de vida das sociedades, minimizando a pobreza, deve ser um compromisso da política pública, com políticas claras de desenvolvimento dessa atividade. Enquanto esse compromisso não existir, não poderá muito do turismo. (Cruz, 2003)

Nunes (1976) já nos anos 70 observa, através de entrevistas com moradores, mostra que os turistas naquela época se interessavam em conhecer os hábitos de vida nas favelas cariocas. Mas foi apenas com a ECO-92 que essa prática foi oficializada, como forma estratégica de combate a pobreza.

O novo Plano Diretor do município do Rio de Janeiro, Lei Complementar 111 de 01/02/2011, inclui a urbanização das favelas, dos loteamentos irregulares e clandestinos de baixa renda, com a implantação de infraestrutura, saneamento básico, equipamentos públicos, áreas de lazer, para o aproveitamento de todo o potencial turístico, visando à sua integração às áreas formais da Cidade.

O Código de Obras do Rio de Janeiro menciona as favelas, sugerindo um plano de estruturação e regularização das áreas ocupadas por favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais de baixa renda, assim como as respectivas vizinhanças.

O cotidiano e a cultura dos moradores de favelas têm características diferentes em relação a cidades mais urbanizadas no mundo. A paisagem natural e construída se reflete no estilo de vida das pessoas. O improvisado se manifesta em todos os aspectos, na falta de homogeneização da arquitetura, nas trajes, no palavreado das placas e das palavras, na música, na dança, na comida, entre outros.

As paisagens construídas nesses locais, e também na maior parte da cidade, não se adequam nas categorias tradicionais de arquitetura. A arquitetura está mal equacionada pelo poder público, as construções urbanas tem péssima qualidade, sem ladrilhos, e sem acabamento algum. As casas que atraem a curiosidade dos turistas nas favelas têm fachadas descuidadas, emaranhados de fiações aéreas, falta de arborização.

Mas os ambientes construídos fora dos padrões não estão só nas favelas cariocas, estão em todo o Brasil, na maior parte da massa construída. Muitas delas vizinhas a áreas nobres, ou vizinhos a estradas construídas para levar turistas as áreas de maior interesse político.

Para que o turismo possa se apropriar livremente nesses espaços é preciso reformular as favelas segundo suas características e não na tentativa de reproduzir o que se vê nas regiões mais providas economicamente nas cidades. Um sistema de transporte, por exemplo, faria muito mais pela cultura desses lugares que espalhar equipamentos metropolitanos. Organização local da cultura desses lugares, como escolas de samba, centros de capoeira, artesanato, desenvolveria pequenos esquemas turísticos devido suas originalidades. (Yázigi, 2003). Um roteiro turístico deve ser criado e bem planejado para que essas comunidades possam receber bem ao turista.

Secretarias de turismo e universidades precisam criar, expandir, apoiar ações voltadas para o planejamento integrado, regulação, fiscalização, melhoramento e desenvolvimento de programas de pesquisas que tenham foco no turismo nessa porção do território (Araújo e Moura, 2007). Não basta trazer empresas de fora da região. É necessário trabalhar projetos e ideias da comunidade, envolver os cidadãos residentes.

Capítulo 2: COMUNIDADES DA ROCINHA E DO COMPLEXO DO ALEMÃO.

2.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO

A região onde hoje se localiza a favela da Rocinha era até o século XVIII, segundo Jornal O Globo, ocupada pelo engenho de açúcar Quebra Cangalha. Após esse período, foi destinada ao cultivo de café. Por volta de 1929, com a crise cafeeira, a fazenda foi loteada. Ocupada por pequenos agricultores sofridos com a crise do café que o Brasil enfrentava, o lugar era tomado também por migrantes, operários industriais e ainda imigrantes europeus que se dedicavam a pequena agricultura. O trabalho no cultivo orgânico nas terras da Rocinha atraía moradores, que ganhavam a vida vendendo suas colheitas nas feiras livres na Zona Sul da cidade.

O nome "Rocinha" data essa época, em que os agricultores revelavam que a procedência das hortaliças e frutas vendidas era de uma "rocinha que ficava ali no Alto Gávea", e assim o local teria sido batizado (Soares, 2009). Houve ainda um crescimento populacional acentuado no local nos anos 50 e 60, com o crescimento urbano dos bairros Ipanema, Leblon, Gávea e Jardim Botânico e a demanda por mão de obra na construção civil. A partir de 1971, quando teve início a construção do Túnel Dois Irmãos, hoje Zuzu Angel, a expansão da Rocinha se intensificou.

O processo de formação da favela Complexo do Alemão começa a partir do início do século XX. Segundo Oliveira (2012) na década de 1920 o imigrante polonês Leonard Kaczmarkiewicz comprou terras na serra da Misericórdia. O proprietário era referido pela população local como "o alemão" e logo a área ficou conhecida como Morro do Alemão. Inicialmente o local foi ocupado por famílias de operários que trabalhavam no Curtume Carioca, indústria especializada na produção de couro. Segundo a UPP Social, com a mobilidade trazida pela construção da Avenida Brasil, em 1946, a região se tornou o principal pólo industrial da cidade, expandindo seu comércio e sua urbanização. Em 1951 o imigrante loteou o terreno e colocou a venda, e então a área começou a ser ocupada. A ocupação do local se intensificou, de maneira desordenada, no governo de Leonel Brizola, de 1983 a 1987, devido ao grande crescimento demográfico da época. O Curtume fechou as portas em 1998.

O Complexo do Alemão ficou conhecido e divulgado pela mídia nacional após ser a primeira favela carioca a receber como infraestrutura de transporte um teleférico em 2011, que interliga as dez comunidades que fazem parte do complexo de favelas. Após receber uma Unidade de Polícia Pacificadora passou a receber inúmeros turistas interessados em conhecer o local, não só estrangeiros como brasileiros interessados na vista panorâmica da comunidade que o teleférico proporciona. O Complexo do Alemão conta com o Projeto Piloto de Capacitação e de Desenvolvimento Sustentável nas Comunidades Pacificadas, da Secretaria Estadual de Turismo, que objetiva a capacitação de jovens e empreendedores do local com aulas de inglês e espanhol para capacitação em turismo sustentável.

Empresas de turismo na Zona Norte já anunciam passeios turísticos na comunidade acompanhados de guias turísticos morador da favela.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES

É mais comum habitações precárias estarem localizadas em áreas periféricas da cidade, onde há dificuldade de acesso a bens sociais e onde há escassez de tudo. Mas a favela da Rocinha está em um quadro diferente. Localizada na Zona Sul da cidade, inserida dentro de um contexto de centralidade, onde há um processo de valorização espacial, e acessibilidade que o torna local próprio para a atividade turística (Alves 2011).

Com 69.161 mil habitantes, a Rocinha está em primeiro lugar na lista de maiores favelas do Brasil, segundo CENSO 2010. Os moradores ocupam 25.352 domicílios, que têm em média três habitantes cada. Mas outros dados podem ser encontrados referente a população.

Já o Complexo do Alemão, é um conjunto de favelas que engloba dez áreas aglomeradas localizado na Zona Norte da cidade, próximo ao bairro da Penha. Relicário, Morro das Palmeiras, Parque Alvorada, Vila Matinha, Joaquim de Queiróz, Nova Brasília, Mourão Filho, Itararé, Morro da Baiana e Morro do Alemão tiveram a população contabilizada separadamente de acordo com a divisão espacial da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Somente o Morro de Alemão aparece, segundo Censo 2010 Aglomerados

Subnormais, com 4.322 domicílios. Somando-se todas as favelas que compõem o complexo, no entanto, o número total de unidades habitacionais pula para 16.359.

Ainda que exista precariedade na Rocinha, existem infraestruturas como pavimentação, energia elétrica, água tratada, coleta de lixo e de esgoto (ainda que não seja tratado), escola, postos de saúde, bancos e lojas. A maior parte da população usufrui dessas infraestruturas essenciais, mas esses serviços são considerados desadequado quando comparados a áreas urbanas regulares.

Os moradores sofrem com o emaranhado de fiação elétrica inadequada, que cobrem as casas e as muitas vezes permanecem pendurados beirando o chão, pondo em risco a saúde dos moradores. As companhias de energia não fazem manutenção técnica pois a maioria dessas instalações são clandestinas, chamadas “gatos de luz”. Instalações de esgoto insuficientes para comportar o número de moradores, transbordam em dias muito chuvosos e dissipam água contaminada por esgoto pelas ruelas. A coleta seletiva de lixo não é feita por toda a favela, fazendo com que sejam acumulados pelas ruas, contribuindo para o surgimento de ratos e baratas que muitas vezes invadem as casas.

Em sua publicação de 2003, Eduardo Yázigi verificou que não existia meios de hospedagens na favela da Rocinha. Atualmente esse quadro está mudando. Segundo dados da prefeitura existem albergues e pousadas sendo construídos na favela. O site do governo do RJ cita o morador ajudante de obras Carlos Alves de Moura, que começou a construir um albergue após a favela receber o projeto Unidade de Polícia Pacificadora, da Secretaria Estadual de Segurança Pública. Isso mostra que alguns moradores estão conseguindo se articular e aproveitar a ascensão turística da região.

O turismo existe a partir da proximidade urbana com áreas verdes, parques, onde a natureza possa exercer uma condição de mercadoria. A favela da Rocinha está localizada próxima a orla da cidade, perto das praias mais procuradas pelos turistas e dos bairros mais valorizados economicamente. Neste local existe uma proximidade geográfica entre a riqueza e a pobreza, a favela localizada dentro da área mais nobre da cidade. A relação centro-periferia se mesclam, tonando-se uma só, no mesmo local.

2.3 A QUESTÃO DO NARCOTRÁFICO E O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO

O Estado tem um papel planejador promulgando leis, investimentos em larga escala, monopólio legal da violência, poder legal de polícia. O planejamento estatal examina grupos sociais de longe, com uma visão de sobrevoo sobre a sociedade (Souza 2011). O espaço dos pobres é visto de visto pela sua carência, nunca pelas suas virtudes.

A violência costuma acompanhar as favelas quando o poder público se ausenta e os traficantes se instalam, está associada a pobreza e a miséria. Os conflitos sociais urbanos são agravados pelo desnível entre classes sociais, e na cidade do Rio de Janeiro esse desnível está muito bem representado:

A cidade do Rio de Janeiro é outro exemplo em território brasileiro de exacerbação da violência urbana. Entre morros, ocupados por favelas gigantescas, e a área mais plana da cidade, por onde se distribuí os bairros das classes médias e alta, há bem mais que um mero desnível altimétrico... há um verdadeiro abismo social. As tensões que surgem dessas diferenças sociais podem transformar-se em fatores de repulsa para o turismo, como foram os arrastões em praias cariocas, e como têm sido os permanentes embates armados entre policia e traficantes de drogas. (CRUZ, 2003, pág. 112)

A violência associada a criminalidade no Rio de Janeiro teve início na década de 80 a depois que narcotraficantes se consolidaram com a substituição da maconha pela cocaína vinda da Colômbia, criando uma associação de tráfico internacional de armas e drogas (Santo Sé *apud* Cardoso, 2005). Nessa época as favelas foram dominadas por grupos de criminosos constituindo-as em espaço físico ameaçadores a vida dos moradores por meio da violência. A ausência do poder público nas favelas somado a consolidação das quadrilhas de tráfico de drogas incapacitou a manutenção da ordem pública.

Considerando a postura política governamental frente ao processo de ocupação urbana por favelas, Boshi (1970) sugere que não existe uma única atuação política adequada, mas um conjunto que se adequa ao estado de integração desses moradores. Em uma favela recém

assentada, qualquer atitude governamental que implicasse em aumento de custo habitacional desestabilizaria o grupo de moradores.

Resolver a segurança apenas com o policiamento, sem se ater a perspectiva de crescimento social não é possível em um território urbanizado. A partir do momento em que os indivíduos moradores conseguem se desenvolver economicamente as melhorias de infraestruturas, ainda que acarretassem em um aumento de custos habitacionais, não desestabilizaria o grupo. Mais investimento social desestabiliza o ciclo de violência.

A política pública deve intervir incorporando as práticas cotidianas do lugar. Infraestruturas devem levar em conta primeiramente a necessidade dos moradores. As ruas devem ser adaptadas primeiramente para pedestres, os acessos aos morros devem ser facilitados, redes de água e esgoto devem ser reformadas. Um exemplo de facilitação ao acesso está na favela do Complexo do Alemão, onde em 2011 foi instalado pelo Governo do Estado um teleférico que percorre três quilômetros do Complexo.

O Turismo não pode aceitar a violência. A ocorrência de ambientes hostis é inversamente proporcional a aceitação do lugar como turístico. (Yázigi, 2003)

Países com violência, miséria, desleixo material, incapacidade técnico-administrativa, e até insalubridade forçam o surgimento de turismo confinado, em que há pouca socialização do espaço. (Yázigi, 1999) O Rio de Janeiro está longe de ser um local onde o turismo pode ocorrer em seu território com fluidez total, porque a maior parte do seu território não é turístico. Mas favelas localizadas em áreas turísticas, ao redor de hotéis luxuosos tem todo o potencial se de apoderar desse turismo carioca que já está consolidado desde que não exista violência.

O turista estrangeiro tendo que enfrentar a violência acaba optando por lugares mais convidativos do que aqueles que se perdem cada vez mais com a feiura e destruição dos lugares. (Yázigi, 1999)

A implantação de projetos para aumentar a segurança da cidade tem sido feito através da Unidade de Polícia Pacificadora, um projeto implementado pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro para a instalação de bases policiais comunitárias dentro das favelas,

inicialmente, da capital do estado. Essa medida é ligada diretamente ao turismo, pois visa diminuir a ideia da cidade associada a violência da droga, que a tornaria um lugar antiturismo.

De acordo com o Instituto de Segurança Pública, o Decreto nº. 42.787 de 06 de Janeiro de 2011, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) foram criadas para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação.

Até 2012 já tinham sido implementadas 28 UPP na cidade do Rio de Janeiro, localizadas principalmente na Área de Planejamento 1, 2 e 3. A primeira a ser inaugurada foi a UPP Santa Marta em 2008. A UPP Rocinha foi inaugurada em 2012. No mesmo ano, no Complexo do Alemão foram inauguradas quatro unidades UPP Nova Brasília, UPP Adeus e Baiana, UPP Alemão, UPP Vila Cruzeiro.

2.4 GRANDES EVENTOS: COPA 2014 E OLIMPÍADAS 2016

A Copa do Mundo é um evento esportivo mundial que acontece a cada quatro anos pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), sendo cada edição em países diferentes. Sua próxima edição acontecerá no ano de 2014 em várias cidades brasileiras, inclusive no Rio de Janeiro.

Os Jogos Olímpicos é um evento esportivo mundial que acontece a cada quatro anos em países diferentes, abrangendo várias modalidades esportivas. A próxima edição do evento acontecerá no Brasil tendo Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Os grandes desafios para a cidade ao receber grandes eventos como esses serão garantia de segurança, mobilidade urbana e infraestrutura, além de preservação dos atrativos naturais e hospedaria para receber grande numero de turistas.

No Rio de Janeiro, obras de infraestrutura estão sendo feitas para receber ambos os eventos, como a reforma do estádio do Maracanã, ampliação da mobilidade urbana com construção da via BRT Transcarioca e avanço da linha de metrô, revitalização de aeroportos.

Além disso, será estritamente necessário melhoria de acessibilidade do aeroporto até as zonas da cidade que abrigam hotelaria, ginásios e estádios esportivos, e atrativos turísticos. Obras nesse contexto então sendo empreendidas, como o Arco Metropolitano um projeto que em 146 quilômetros da rodovia interligará o município do Rio de Janeiro aos municípios principais municípios vizinhos. Além dessa, a Via Light, a RJ-081, está sendo ampliada para interligar o bairro carioca da Pavuna até o município de Nova Iguaçu. Corredores expressos e ônibus, modernização e ampliação das linhas do metrô também foram implantados na cidade.

Na questão ambiental estão sendo implantados projetos para monitorar a qualidade das águas do mar das praias turísticas, e despoluição da Lagoa Rodrigo de Freitas. A respeito da segurança pública foi implantado o programa Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas comunidades apresentando importantes conquistas em relação à segurança pública das comunidades faveladas, que, no caso do Rio de Janeiro, era historicamente dominada pela política de combate e repressão.

A hotelaria carioca demanda mão de obra qualificada, para isso a Prefeitura do Rio desenvolve projetos de capacitação de mão de obra, como o Cidadão Olímpico, que oferece cursos de garçom, barman, camareira e guia de turismo, além de aulas de informática e inglês. No mesmo viés a Caixa Econômica Federal oferece linhas de crédito do Programa BNDES ProCopa Turismo para financiamento de construção, reforma, ampliação e modernização de hotéis.

Capítulo 3: REFLEXÃO SOBRE O TURISMO E A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DAS COMUNIDADES

3.1 ATORES, AGENTES E PROCESSOS

Segundo Santos (2006), não há como pensar em espaço sem ação, sem processo, sem tempo, sem uso. Nesse sentido “pensar o espaço é percebê-lo como um processo, produzido pela prática social na interação de sujeitos que se transformam e que transformam o espaço.” (Melo, 2009). Então podemos compreender que a forma da cidade também se constrói nas favelas.

O Turismo produz espaço. As formas impressas na paisagem no processo de construção do espaço, o cotidiano da pobreza, são aspectos pouco conhecidos de uma parcela da população mundial que vive em países economicamente desenvolvidos. Assim a pobreza como algo exótico pode se transformar em atração turística. (Cruz, 2003).

Dessa maneira os atores envolvidos no turismo em favelas são os próprios moradores junto com o turista, em uma interação intermediadas por agentes incorporadas nas agencias de viagens. Esses moradores podem atuar como guias turísticos, participando diretamente dos ganhos que o turismo proporciona.

O processo em que o turismo se desenvolve é edificado através dos equipamentos turísticos, como hospedagens, estabelecimentos alimentícios, mobilidade. O morador também pode estar a frente desse processo na medida em que pode oferecer serviços de pousadas, restaurantes, e transporte pela favela.

3.2 REFLEXÃO: QUEM GANHA, QUEM PERDE

Áreas pobres detentoras de patrimônio cultural e natural têm se tornado alvo de investimento turístico. A iniciativa privada aproveita a infraestrutura construída para investir no turismo em áreas de favelas. A favela da Rocinha é um exemplo de comunidade que faz parte do atrativo turístico da cidade do Rio de Janeiro. O RioTur tem pelo menos 7 agencias

de turismo cadastradas, que levam cerca de 2500 turista ao mês para conhecer o morro. Quase todos os visitantes são turistas estrangeiros interessados em conhecer as submoradias, o cotidiano da pobreza.

Segundo Freire-Medeiros (2009) todas as agencias empregam guias profissionais, com exceção da chamada Exotic Tours que objetiva treinar jovens da favela para trabalharem como auxiliar de guias.

Em relação ao comércio, as agências incentivam alguns moradores a alugarem a laje de suas casas para servirem de terraço onde os turistas possam obter uma vista panorâmica da orla das praias. Também há incentivo para doações em creches locais. Mas os turistas gastam muito pouco durante a visita. Nenhum morador participa do agenciamento da atividade. Então, a maior parte do benefício econômico gerado pelo turismo não fica dentro da favela. Apesar de existir restaurantes, albergues e transporte, o local está pouco organizado pela atividade do turismo, pois há poucos investimentos.

O Morro da Babilônia é um exemplo de comunidade que faz parte do atrativo turístico da cidade do Rio de Janeiro. Localizado na zona sul da cidade, também se beneficia do turismo de massa atraído pela cidade. Mas, diferente do que acontece na Rocinha, são os próprios moradores que agenciam a atividade turística na favela. Organizados no projeto CoopBabilônia, parceria entre a Prefeitura e a Associação dos Moradores, são organizados passeios em trilhas que contam a história da cidade, da favela e do reflorestamento da Áreas de Proteção Ambiental do Morro que correu em 2001.

Enquanto na favela da Rocinha a visita do turista tem um foco mais direcionado aos favelados, o Morro da Babilônia a visita foca os aspectos sociais, culturais da favela. Nesta os agenciadores, os residentes, observam no turismo a capacidade de desenvolvimento econômico.

Ainda assim, nas duas favelas falta capacitação formal dos moradores para trabalharem com o turismo, falta melhoria na estrutura física. Existe uma postura de resistência da CoopBabilônia em não aderir parcerias com o capital privado. Essa é uma medida para manter a participação da comunidade nos benefícios gerados pelo turismo, alternativa que acaba carecendo o projeto de recursos.

3.3 SERÃO ESTAS PRÁTICAS QUE IRÃO DESENVOLVER A COMUNIDADE E GARANTIR A SUA INCLUSÃO?

A organização do turismo é inseparável da construção do país e de seu cotidiano. Deteriorações urbanas, feiura, e crime não podem ser encarados como fatalidade, mas devem estar incluso no planejamento urbano. (Yázigi, 2003).

A atividade turística deve contribuir para o crescimento e bem estar do núcleo receptor, então não se pode imaginar organização do turismo separadamente do planejamento urbano e da administração dos problemas sociais do país. Para um bom desenvolvimento econômico, o governo deve criar um sólido projeto nacional de longo prazo para promover condições geradoras de emprego nas áreas favelizadas. Esse projeto não deve tratar a favela como algo separado da cidade, mas conferir-lhe funções urbanas que valorizem o modo de atrativo do turismo. (Yazigi, 2003)

Gêneros de vida são selecionados para o consumo turístico, junto com seus elementos materiais como artesanato e culinária. Práticas com criação de cooperativas de distribuição de trabalho e renda no turismo, na produção de artesanatos e artigos manuais para venda, servem de desenvolvimento econômico e o incentivo desse turismo comunitário promove um resgate do modo de vida tradicional.

Já existem cooperativas na Rocinha. A Cooperativa Cabe Mais Um reúne um grupo de artesãs ligadas a moda e confecção. Confeccionando blusas e bolsas pintadas a mão, e utilizando materiais descartáveis elas só precisam de um estímulo e treinamento para produzir artesanatos que chamem a atenção dos turistas.

O artesanato deve ser estimulado e valorizado. Oficinas de capacitação artística manual devem ser ministradas aos moradores, afim de que possam perceber o potencial artístico profissional e econômico que pode ser aproveitado.

Raquel de Freitas, de 31 anos, é um exemplo de artesã moradora da Rocinha que pinta quadros com imagens de pontos turísticos da cidade para comercializar com turistas que visitam a favela.

Figura 3: Artesã ao lado dos quadros inspirados na paisagem dos pontos turísticos da cidade



Fonte: Bernardo Tabak/site G1

Além de servir de infra-estrutura para turismo, o transporte é um bem civilizatório essencial para promover o desenvolvimento da população local, assim como educação e saúde também devem estar nas políticas de inclusão e planejamento urbano.

Deve-se aumentar o número de residentes envolvidos com o turismo. As políticas devem estar institucionalizadas, de modo que assegure que os recursos gerados pela atividade turística seja voltada para o desenvolvimento do próprio local, não só com o investimento em infraestrutura como também a capacitação local.

Com vista a contribuir com o desenvolvimento turístico na região, o turismo deve ser baseado na participação efetiva da comunidade local nos processos de planejamento e gestão territorial que vise a melhoria da qualidade de vida (Silveira, 1998). A participação da população local nesses projetos é primordial para seu êxito, os próprios usuários dos serviços criados, como creche, escolas e esporte, devem estar na gestão dessas instituições de forma que os moradores tenha poder de decisão e força política. A participação em seus próprios serviços sociais eleva a autoestima da população e incentiva uma postura ativa na resolução de seus próprios problemas.

Recursos direcionados para a implantação de planos e projetos turísticos em prol de obras e outros benefícios deve ser revestido para a população das respectivas localidades receptoras. A não existência de mecanismos dessa natureza mantem as populações dessas localidades alheias ao processo de desenvolvimento do turismo, embora sejam submetidas a todas as consequências, positivas e negativas, deflagradas pela atividade. (MELO, 2009)

O desenvolvimento do turismo em comunidades carentes pode servir como trampolim para a cidadania social. Mas é necessário averiguar os impactos e consequências positivas e negativas da atividade turística. Entre os impactos negativos está um roteiro turístico mal planejado, pois a comunidade deve estar bem preparada para receber os turistas.

A atividade turística ocasiona processo de valorização das terras e de especulação imobiliária. A partir do momento em que a especulação imobiliária ocorre, o uso inadequado do espaço urbano e ocupação desordenada é estimulada. A partir do momento em que a população favelada não consegue manter economicamente seu padrão de vida, procura outro lugar para ocupar.

Depois da pacificação, morar na Rocinha virou um privilégio. Segundo a associação de moradores a população local só cresce após o fim do domínio armado do tráfico de drogas. Dezenas de imobiliárias existem no local. A procura para casas em aluguel é grande, mas a oferta é pouco.

A valorização dos terrenos e dos imóveis da Rocinha fará crescer a especulação imobiliária e, conseqüentemente, a demanda por mais espaços disponíveis.

De acordo com uma pesquisa realizada por Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas (FGV), o aumento nos preços dos aluguéis em comunidades que receberam unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) está 6,8% acima do de imóveis localizados em bairros tradicionais. Os aluguéis nas favelas subiram quase 7% a mais do que a valorização do resto da cidade. Hoje o aluguel de um imóvel de dois quartos na Rocinha custa R\$800.

Investimentos na Rocinha devem estar acompanhados leis urbanísticas, para evitar um crescimento vertical desordenado ou, ainda, um crescimento vertical tornando as casa ainda mais próximas umas das outras.

São impactos positivos a infraestrutura, serviços urbanos e sociais gerados, pois com o desenvolvimento turístico o local se incluirá nas políticas públicas de desenvolvimento urbano.

Um projeto alternativo de turismo com base local poderá afirmar a singularidade do lugar. A arquitetura improvisada, por exemplo, pode ser finalizada e valorizada.

Na favela da Rocinha o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), plano do Governo Federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira através do investimento em obras de infraestrutura, ampliou a largura de algumas vielas, revitalizou fachadas de casas. Esse tipo de obra valoriza a qualidade de vida dos moradores, e estrutura a favela para receber visitantes.

Figura 4: As obras do PAC deram um visual novo à Rua 4, que tinha 80 cm de largura



Fonte: Bernardo Tabak/ site G1

O aprimoramento do comércio local que o turismo proporciona, será interessante economicamente para a comunidade receptora. Para isso usar mão-de-obra local, promover seu treinamento e qualificação para exercer funções e serviços exigidos para a atividade turística é necessário.

Com a inclusão da favela na recepção do fluxo turístico, naturalmente aparecerão agências e operadoras de viagens interessadas em explorar essa prática. Segundo Fonteles (1998), o turismo faz com que populações nativas de áreas receptoras reinventem seu cotidiano. Nessa reinvenção a lógica da indústria turista se sobrepõe as ações locais e a própria identidade local. Pacotes confeccionados por essas agências farão com que os visitantes ignorem a identidade do lugar, banalizando o cotidiano e a história da população local. Dessa maneira, para um turismo em favelas que beneficie os moradores locais, esse agenciamento não devem ser feitos pela iniciativa privada exterior a comunidade, mas pelos próprios moradores.

É importante a participação de toda a sociedade no processo de desenvolvimento do turismo. A universidade pública deve prestar assistência técnica a população carente através das faculdades de arquitetura e urbanismo, favorecendo visualmente as fachadas das construções nas favelas. Da mesma forma, as faculdades de turismo devem desenvolver

pesquisas e projetos de como desenvolver turismos nesses locais, em linguagem acessível para que esses moradores possam empregar a gestão dessa atividade.

No nosso exemplo, bem sucedido, no Morro da Babilônia alguns moradores trabalham exercendo o papel de guias turísticos, mesmo não tendo qualificação para esse fim. Investimento deve ser feito também nesse sentido, capacitando moradores para trabalhar como guias turísticos, nas pousadas, nos restaurantes, nos supermercados e em outros objetos que atendem a demanda do turismo.

Deve ser criado então um planejamento turístico que concilie as necessidades dos moradores e dos turistas.

O Marketing informativo é indispensável para o turismo, e deve estar pautado na política estadual ou nacional, pois a maioria dos municípios não consegue arcar com os custos da divulgação. A informação deve ser boa e chegar ao destinatário.

Os guias turísticos impressos devem ser elaborados com os elementos da realidade regional naturais e histórico-culturais do local, e representados quanto às suas possibilidades para se constituírem em produtos para consumo turístico (Barros, 1998). Dessa forma os impressos brasileiros de turismo devem incluir as áreas favelizadas, com uma avaliação cultural desses locais e com descrição de todos os interesses que elas podem oferecer.

Em 2013 o Instituto Pereira Passos iniciou uma atualização cartográfica da área urbanizada da cidade do Rio de Janeiro para incluir áreas de favelas no mapa, antes não representadas. Esse avanço cartográfico pode ser apropriado para o turismo, incluindo essas áreas em guias impressos, despertando a curiosidade dos visitantes em conhecer.

Os moradores das comunidades devem ser ativos nesse processo de divulgação, incorporando nesses informativos o que eles querem mostrar de si mesmo, enaltecendo sua cultura e elevando a autoestima, pois a diversidade cultural e os modos de vida de um povo reforça a identidade coletiva. As universidades estão aptas a realizar esse tipo de trabalho, em projetos com parceria de alunos de graduação, por exemplo.

Como as visitas a Rocinha está ligada principalmente, a estrangeiros os projetos deverão incluir melhoramento de acessos para esses, mapas impressos, emplacements e capacitação de moradores a língua inglesa e espanhola.

Equipamentos de restauração, como restaurante, bares e lanchonete, gerenciados pelos próprios moradores e com parcerias com governo através apoio a pequenas empresas e crédito facilitado.

Preparar profissionais implica compreender os paradigmas dessas sociedades para que possa pensar e estruturar um projeto pedagógico ligado ao ensino do turismo (Etges, 1998). Então essa capacitação deve ser feita em linguagem simples e acessível. A pedagogia de jovens e adultos deve ser utilizada de maneira que desperte no morador o interesse em continuar se profissionalizando, progredindo nos estudos e o estimule a assumir novas escolhas. O método de ensino deve levar em conta a lógica de morador que aprende, de maneira que ao mesmo tempo enalteça seu modo de vida e promova ascensão social.

A população local dominada pelo olhar externo, faz uma reavaliação seletiva de si mesma e de sua região. Este processo altera as percepções individuais e imprime uma nova valorização da paisagem e da cultura local (Luchiari, 1998). O turismo em favelas vai valorizar a regiões faveladas.

O novo olhar de si mesmo que os moradores terão farão que não exista mais a vergonha de morar em uma área favelizada. A paisagem, o linguajar, e a cultura criada por essas pessoas é um patrimônio a ser valorizado. Com o turismo em favelas, então, o adjetivo “favelado” vai perder o sentido pejorativo e ofensivo. Vai ser sinônimo de uma população que vive, trabalha e progride através do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro é recente. Os anos 40 representa um marco da proliferação de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Nessa época os bairros da Zona Sul da cidade estavam crescendo, atraindo mão-de-obra. Na Zona Norte as indústrias também cresciam, atraindo a população proletária. O aumento da migração nos anos 50 colaborou para gerar uma crise habitacional na cidade, culminando com aumento considerável de favelas.

Com grande contingente de pessoas abandonando o campo nos anos 50 para tentar uma vida melhor no Rio de Janeiro, não havia política habitacional eficaz que abrangesse todos. O jeito encontrado pelo governo foi tolerar as favelas.

Esse quadro se mantém até hoje, mesmo com a queda da migração, o governo não consegue impedir o aumento populacional de favelas.

Se existem favelas, não é proveitoso ignorá-las ou escondê-las. Deve-se aproveitar todo o potencial econômico e produtivo dessas populações. Um desses potenciais é o turismo.

Qualquer espaço da sociedade possui identidade cultural, e diversidade cultural também é atrativo turístico. A forma exótica das habitações, normas de comportamento, vestuários, linguagem, músicas podem ser de interesse turístico.

De acordo com essas afirmações podem-se confirmar as hipóteses do trabalho. O turismo pode se apropriar das regiões de aglomerados subnormais, pois a cultura popular e os modos de vida dessa população residente interessam aos turistas, principalmente os estrangeiros.

Existem três agentes de turistificação: Turistas, planejadores territoriais e mercado. As favelas cariocas Complexo do Alemão e Rocinha já recebem turistas, então já estão passando pelo processo de turistificação.

A sociedade deve ser planejada para o turismo. Esse planejamento deve vir com uma política nacional, de maneira integrada com Estados e Municípios. O ideal para uma eficiente

organização do turismo seria a criação de um conselho regional do turismo para que seja planejado em uma escala menor que a nacional.

Para um turismo consolidado, ele deve vir acompanhado de outros projetos de desenvolvimento econômico de parcerias municipal, estadual e federal. Secretarias de turismo e universidades devem participar do planejamento turístico em favelas com programas de pesquisa para o desenvolvimento desse local.

Políticas governamentais devem assegurar que recursos gerados pelo desenvolvimento do turismo fiquem dentro da favela. O ideal não são empresas alheias à região, mas capacitar a população para se envolver economicamente no local. Ações governamentais não devem transformar a região em uma cópia das áreas mais urbanizadas, mas fazer investimentos que valorizem a cultura local, como escolas de samba, capoeira e outras originalidades que podem interessar ao turista.

Esse tipo de ação também pode se efetivar com a capacitação e treinamento de moradores para a criação de artigos artesanatos de interesse turístico. O morador deve participar de todo o processo turístico, e receber toda a qualificação necessária para isso.

O aprimoramento do comércio local deve ser estimulado através de capacitação de mão de obra, linha de crédito bancário para que os moradores possam investir no micro e pequeno negócio. Os moradores devem estar à frente do turismo participando de todo o agenciamento turístico.

As universidades podem ser ativas nesse processo na medida em que pode oferecer assistência técnica para o agenciamento turístico nessas áreas, assistência arquitetônica para a população promovendo a melhoria das fachadas das habitações. Podem também participar desse processo prestando assistência financeira para que esses moradores possam estar aptos para participar de maneira ativa do comércio. Existem mercados, estabelecimentos de venda varejo, albergues, restaurantes, lanchonetes, e todo tipo de comércio nas favelas. O que falta é a capacitação desses micro e pequenos empresários para saber lidar, ampliar os lucros e atender o turista.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1988. 147 p.

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de; MOURA, Flávia de Barros Prado. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (org.). O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortazela: EdUECE, 2007. p.94-114.

ALVES, Glória da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto 2011. p.109-122

BARRETO, Margarida. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campinas: Papirus, 2003.

BARROS, Nilson Crocia de. A reconversão do 'Eldorado' pela expansão dos serviços: das frentes agro-minerais às frentes ecoturísticas na Bacia do Rio Branco, Roraima, Brasil. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (org.). Turismo e meio ambiente. Fortaleza: UECE, 1998. p.109-137.

BOSCHI, Renato Raul. Populações faveladas do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1970. 118 p.

CALERO, Cesar Gonzalez. Ciudad Neza: o drama esquecido pela campanha mexicana. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 29 de jun. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/ciudad-neza-drama-esquecido-pela-campanha-mexicana-5358542>

CARA, Roberto Bustos. El turismo y los procesos de transformacion territorial. In: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001. Pg. 86-93.

CARDOSO, Jarbas José. Uma população favelada catarinense: suas origens, fatores da favelização e aspirações. Porto Alegre, 1981. 136f. Dissertação - Cursos de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981.

CARDOSO, Marcus. "Eu finjo que não te vi, você finge que não me vê": uma etnografia sobre a relação entre polícia comunitária, tráfico e população favelada. Brasília, 2005. 141 p. Dissertação (Mestrado em antropologia social) - Programa de pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini, Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. São Paulo: Contexto 2011. p. 123-145: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos, Turismo e ordenação no espaço urbano. São Paulo: Contexto, 2000. P. 23- 32: Turismo urbano.

CAZES, George. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: ADYR Balastrieri (org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001. Pg.77-85.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução a Geografia do Turismo. São Paulo: Rocca, 2003. _____. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de (org.). Turismo: impactos socioambientais . São Paulo: Hacitec, 2001. 2ª p. 263-272.

CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. Instituto Pereira Passos. Secretaria Municipal de Turismo. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br> >. Acesso em: 01 out. 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide M.T, Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas. Fortaleza: EdUECE, 2007. p.19-43: O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências. _____.; MARTINS, José Clerton de O. O turismo na construção das identidades contemporâneas. Fortaleza: EdUECE, 2007. p.227-243: O turismo e a relação sociedade-

natureza: realidades, conflitos e resistências.

CORREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto 2011.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Turismo rural: uma alternativa de desenvolvimento para comunidades rurais. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza:UECE, 1998. p.188-199.

FONTELES, José Omar. Comunidade de pescadores de Jericoacoara – Ceará entra na rota turística. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (org.). Turismo e meio ambiente. Fortaleza: UECE, 1998. p.60-75

FIGUEIREDO, Silvio Lima. Turismo e cultura: um estudo das modificações culturais no município de Soure em decorrência da exploração do turismo ecológico. In: Lemos, Amália Inês Geraiges de (org.). Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hacitec. 2001. 2ª Ed. p. 207

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.22, n. 65. 2007, p. 61-72

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. Estratégias comunicacionais para o desenvolvimento do turismo urbano. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza:UECE, 1998. p.30-41.

GASTAL, Susana. O produto *cidade*: caminhos de cultura, caminhos de turismo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). Turismo urbano. São Paulo: Contexto, 2000. p.33-42.

CAVALLIERI, Fernando; VIAL, Adriana. Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010. Coleção Estudos Cariocas, Rio de Janeiro. Instituto

Municipal de Urbanismo Pereira Passos/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nº 20120501. p.57. Maio 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2010. P. 1-259.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE CENS0 2010. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE CENS0 2000. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/cendo2000>>. Acesso em: 01 out. 2012.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: Adyr Balastreri (org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001. Pg. 62-74.

LIMA, Luiz Cruz, As novas territorialidades no uso turístico no Ceará. Fortaleza:UECE, 1998. p.276-287: Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. Urbanização turística em um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza:UECE, 1998. p.15-29.

MELO, Izabel Dias de Oliveira. O espaço da política e as políticas do espaço: tensões entre o programa de urbanização de favelas “Vila Viva” e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. 2009. 262f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Departamento de geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

NUNES, Guida. Rio, Metrópole de 300 favelas. Petrópolis, Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Pablo de Moura Nunes de. Entre a “guerra” e a “paz”: os modelos de policiamento e o discurso midiático sobre segurança pública no Rio de Janeiro. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v.XVIII, n. 61, Jul./Dez. 2012.

Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://portalgeo.rj.gov.br> >. Acesso em: 04 out. 2012.

RODRIGUES, Adyr A. B. Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001, 3ª edição.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 4ª edição, 2ª reimpressão.

SCHMIDT, Selma. A história da Favela da Rocinha, em São Conrado. Jornal O Globo. Rio de Janeiro, 12 de nov. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/a-historia-da-favela-da-rocinha-em-sao-conrado-3222591>

SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. Ecoturismo na Ilha do Mel (Paraná – Brasil). In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (org.). Turismo e meio ambiente. Fortaleza: UECE, 1998. p.138-151.

SOARES, Priscila; OLIVEIRA, Fábio B.; SAMPAIO, Milena. Rocinha, uma Breve História no Tempo. Análise dos Processos de Formação e transformação do Bairro. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis, 2009. p.19.

SOUZA, Marcelo Lopes de. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p.147-166.

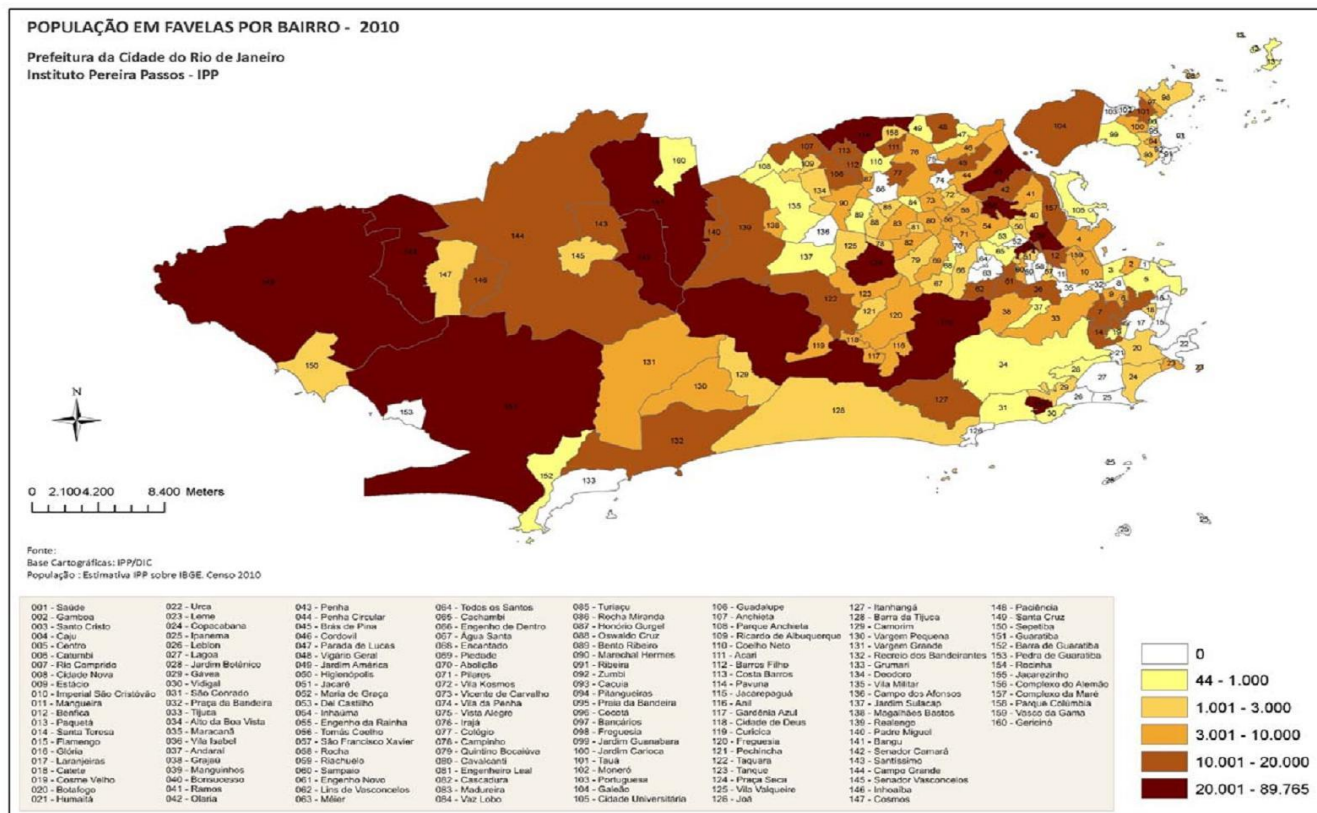
STEINBERGER, Marília (org.). Territórios Turísticos no Brasil Central. Brasília, LGE Editora, 2009.

UPP Social. Disponível em: <http://uppsocial.org/programa/>

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos da geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS, Ana Fani Alessandrini (org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto 2011. p.75-96.

YÁZIGI, Eduardo. Turismo: Uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999 2ª ed. _____. Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003.

Anexo 1: População em favelas por bairro – 2010



Fonte: Base Cartográficas – IPP/ DIC. População: Estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Anexo 2: Vista panorâmica da Rocinha



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Favela>, autor desconhecido